

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – DCSA
COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

THIAGO COSTA BRITO RIBEIRO

**ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E PRODUTIVOS DA
CAFEICULTURA FAMILIAR EM BARRA DO CHOÇA, BAHIA.**

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2013

THIAGO COSTA BRITO RIBEIRO

**ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E PRODUTIVOS DA
CAFEICULTURA FAMILIAR EM BARRA DO CHOÇA, BAHIA.**

Trabalho monográfico apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia para aprovação na disciplina Monografia II e obtenção do grau de Bacharel em Economia.

ORIENTADORA: MAÍRA FERRAZ DE OLIVEIRA SILVA.

VITÓRIA DA CONQUISTA – BA

2013

R372a Ribeiro, Thiago Costa Brito.
Aspectos socioeconômicos e produtivos da cafeicultura familiar
em Barra do Choça, BA/ Thiago Costa Brito Ribeiro, 2013.
74f.: il.: Color.
Orientador (a): Máira Ferraz de Oliveira Silva.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação),
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória
da Conquista, 2013.
Referências: f.70-72.
1. Agricultura familiar. 2. Cafeicultura – Barra do
Choça-BA – Aspectos socioeconômicos. I. Silva,
Máira Ferraz de Oliveira. II. Universidade Estadual do
Sudoeste da Bahia. III.T.

CDD: 338.1098142

THIAGO COSTA BRITO RIBEIRO

**ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E PRODUTIVOS DA
CAFEICULTURA FAMILIAR EM BARRA DO CHOÇA, BAHIA.**

Trabalho monográfico apresentado ao curso de ciências econômicas da universidade estadual do sudoeste da Bahia, como requisito para aprovação na disciplina monografia II e obtenção do grau de bacharel em ciências econômicas.

Aprovada em 28/08/2013

BANCA EXAMINADORA

Maíra Ferraz de Oliveira Silva
Orientadora

Carlos Moisés Oliveira Chaves
Examinador

Eric Gumes Lopo dos Santos
Examinador

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, por ser fiel em dar-me muito mais do que eu preciso, ainda que eu não o mereça. A Ele toda honra.

Agradeço aos meus pais, Mirivaldo e Frances, pelo cuidado, amor e dedicação. Obrigado por tudo e pelo sacrifício que fizeram por mim todos esses anos. Sem vocês e sem o seu exemplo de vida eu não conseguiria realizar meus objetivos.

Aos meus queridos irmãos Bruno, Márcio e Mariana pelo simples de existirem e tornarem a minha vida uma grande aventura.

Sou grato pelos amigos que estiveram durante todo o período de estudo prestando seu apoio. Obrigado turma Ímpar/2008, vocês serão sempre únicos.

Agradeço ao professor Gildásio pelas ideias que desencadearam este trabalho e ao professor Eric pelas aulas e primeiro contato com a área de Economia Agrícola, fazendo-me acreditar que ainda existem profissionais comprometidos com o ensino. Sou grato, também, ao professor José Antônio por ser tão solícito durante a pesquisa.

Estendo esse agradecimento aos amigos de Barra do Choça (BA), especialmente a Joara e aos produtores da COOPERBAC, pela ajuda e atenção que me dispensaram. Agradeço aos amigos e família em Cristo, Aline e Ourindo, por todo apoio que foi fundamental para a realização da pesquisa.

Agradeço a Deus pela vida de Henrique e Winnie, melhores amigos que, tenho certeza, terei para toda a vida. Todos os temas estudados, artigos e provas, foram provas que superamos juntos e agora finalmente podemos ver o resultado.

A minha amada Jamily, por abdicar de tantos compromissos para estar ao meu lado dando todo suporte que eu precisei para completar mais esta etapa da minha vida.

E, finalmente, agradeço a professora Maíra, por conduzir este trabalho tentando me fazer um aluno com o mesmo nível de excelência com que realiza as atividades de docente e orientadora. Obrigado por toda atenção e pelo esforço.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Número de estabelecimentos agropecuários, quantidade produzida, área colhida.	53
Gráfico 2 - Formas de aquisição da propriedade pelos cafeicultores familiares	64
Gráfico 3 - Quantidade (t) de culturas produzidas em Barra do Choça, Bahia.	65
Gráfico 4 - Renda média familiar dos cafeicultores familiares	66
Gráfico 5 - Comercialização cafeeira pelas agricultores familiares.	69

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de refletir acerca da atual situação dos agricultores familiares de Barra do Choça, Bahia, que produzem café, analisando o sistema produtivo que predomina entre estes. A fundamentação teórica da pesquisa inclui as concepções de autores clássicos marxistas da questão agrária, Lênin (1985), Kautsky (1998) e Chayanov (1974) e dos principais autores que discutem o contexto brasileiro, Oliveira (2007), Silva (1997) e Abramovay (2007). Foram realizadas análises sobre a evolução do setor cafeeiro no país e as consequentes transformações que ocorreram no meio rural brasileiro. Além da pesquisa bibliográfica que viabilizou o desenvolvimento da fundamentação teórica, foram utilizados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sobre a região de Barra do Choça, dados de pesquisas desenvolvidas pela prefeitura do município e os resultados dos questionários aplicados entre os cafeicultores familiares. Dentre os principais resultados, observou-se que os produtores familiares têm acesso a políticas de incentivo para a sua produção, contudo ainda encontram dificuldades na área de comercialização, impedindo melhores retornos financeiros. Os principais motivos que promovem a permanência destes agricultores no campo são a diversificação da produção e o desenvolvimento de outras atividades, não agrícolas, o que caracteriza a ocorrência do fenômeno da pluriatividade. Com isso infere-se que o agricultor familiar permanece no campo, não por falta de emprego ou pela exigência de mão-de-obra qualificada em outras ocupações, mas pela ocorrência de novas oportunidades de ocupação no espaço rural e em seu entorno, através de incentivos governamentais que auxiliam no processo produtivo e pelo conhecimento que já têm na produção agrícola que desenvolvem.

Palavras-chave: Agricultura Familiar. Produção Cafeeira. Diversificação. Pluriatividade.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 LUGAR E FUNÇÃO SOCIAL DO CAMPESINATO E DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DA AGRICULTURA MODERNA	12
1.1 REVOLUÇÃO AGRÍCOLA: DA PRODUÇÃO FEUDAL À AGRICULTURA MODERNA	12
1.2 O CAMPESINATO NO SISTEMA CAPITALISTA.....	20
1.3 AGRICULTURA FAMILIAR: DEFINIÇÃO E FUNÇÃO SOCIAL	24
CAPÍTULO 2 ECONOMIA CAFEEIRA NO BRASIL: EVOLUÇÃO, PARTICULARIDADES E ATUAIS TENDÊNCIAS PARA A CAFEICULTURA FAMILIAR.	32
2.1 EVOLUÇÃO DA ECONOMIA DO CAFÉ NO BRASIL.....	32
2.2 O CAPITAL CAFEEIRO E O NOVO PARADIGMA DA AGRICULTURA: O LUGAR DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CAMPO BRASILEIRO	38
2.3 AS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO E A NOVA DINÂMICA DA CAFEICULTURA FAMILIAR.....	46
2.3.1 PARTICULARIDADES DA CADEIA PRODUTIVA DO CAFÉ	49
CAPÍTULO 3 AGRICULTURA FAMILIAR EM BARRA DO CHOÇA, BAHIA	54
3.1 O PLANALTO DE VITÓRIA DA CONQUISTA	54
3.2 FORMAÇÃO HISTÓRICA E ATUAL PERFIL DA ECONOMIA EM BARRA DO CHOÇA, BAHIA	58
3.3 AGRICULTURA FAMILIAR NA PRODUÇÃO DE CAFÉ EM BARRA DO CHOÇA, BAHIA	62
3.3.1 <i>Perfil sócio econômico da cafeicultura familiar em Barra do Choça.....</i>	<i>64</i>
3.3.2 <i>Forma e condição da produção.....</i>	<i>67</i>
3.3.3 <i>Acesso a políticas públicas e gestão da unidade produtiva</i>	<i>70</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS	76
APÊNDICE	79

INTRODUÇÃO

Durante a década de 1970, mediante um estudo apresentado pelo Instituto Brasileiro de Café (IBC) atestando que as terras no município de Barra do Choça eram propícias à cultura cafeeira, grandes fazendeiros da região compraram consideráveis quantidades de terras com o objetivo de produzir e exportar café, com elevado nível tecnológico e produção em larga escala.

A formação de grandes propriedades agrícolas com inserção de tecnologia na produção, como resultado da Revolução Agrícola do século XVIII, trouxe a ideia de que a produção familiar tenderia à extinção. Segundo Marx (1956, 2001) o trabalhador rural estava fadado à proletarização, e a mecanização no campo iria reduzir drasticamente as ocupações no meio rural, levando os camponeses migrarem para as grandes cidades em busca de emprego nas fábricas.

Os autores Lênin (1985) e Kautsky (1998), ao analisarem o contexto em que estavam inseridos e influenciados pela visão marxista, também previam o fim do campesinato, e não vislumbravam a permanência no campo destes que atualmente foram denominados de agricultores familiares, compondo um grupo específico dentro deste segmento para que pudessem ter acesso a políticas públicas específicas.

Dentre os autores brasileiros que se dedicam a esta temática Oliveira (2007) e Silva (1997), trazem uma nova concepção sobre o papel e a real situação da produção de cunho familiar no capitalismo e são fundamentais para diferenciar o camponês do agricultor familiar no contexto atual. Ainda, Abramovay (2007) discute a relevância da produção familiar para o próprio desenvolvimento dos países capitalistas centrais – Estados Unidos e alguns países europeus – discutindo, também, a influência que tem o Estado para a dinâmica de reprodução familiar dos pequenos agricultores.

A ascensão da economia cafeeira, no Brasil, trouxe mudanças significativas tanto para a estrutura do país quanto para as relações econômicas. A monocultura baseada na produção de café, com o objetivo de gerar excedentes exportáveis para alcançar o mercado internacional, desencadeou também a evolução mais acentuada das relações capitalistas no país. O sistema agrário foi fundamentado no grande latifúndio e, conseqüentemente, no processo de marginalização do camponês brasileiro.

Nesta perspectiva, considerando o fato de que existe sazonalidade no preço do café, determinado pela bolsa de Chicago, além da forte concorrência da agricultura

patronal, característica da região pesquisada, e dos riscos inerentes às condições climáticas, o problema aqui analisado é: Como os agricultores familiares conseguiram e conseguem permanecer na zona rural de Barra do Choça, Bahia, garantindo a sobrevivência da família com a produção do café?

Partindo-se da hipótese que os agricultores familiares buscam a adaptação às adversidades climáticas e aos períodos de baixas nos preços para permanecerem no campo, competindo com a agricultura patronal, entre algumas possibilidades pode-se citar a inserção de novas tecnologias melhorando a produtividade na cafeicultura. A diversificação de culturas e o desenvolvimento de atividades não agrícolas seria, ainda, uma forma de gerar renda extra para garantir a sua permanência no campo. Também, outra possibilidade seria dada a exigência de mão-de-obra qualificada no mercado de trabalho formal e a falta de oportunidade de emprego nos centros urbanos, resultando na escassez de ocupações mais rentáveis em comparação com a atividade agrícola, restaria ao pequeno produtor a única alternativa de permanecer no campo, produzindo a cultura que já conhece.

O objetivo, com essa análise, será refletir acerca da atual situação dos agricultores familiares de Barra do Choça, chamando atenção para o modelo de produção agrícola no município, voltado para a monocultura do café. Especificamente, esse trabalho busca explicar sobre as concepções dos clássicos da questão agrária acerca do campesinato, trazendo a discussão para o contexto brasileiro, discutindo a formação da produção familiar no país a partir do processo de modernização da agricultura no Brasil. Para isso, foi traçada a evolução da economia cafeeira no país e as consequentes mudanças ocorridas nas relações do campo brasileiro, especificamente, na agricultura familiar do município em questão.

Como procedimentos metodológicos, além da pesquisa bibliográfica, utilizou-se dados secundários extraídos do Censo Agropecuário do IBGE. Para melhor compreensão da situação, dos agricultores familiares, foram aplicados questionários aos cafeicultores familiares do município em questão, além da utilização de informações da Secretaria de Agricultura em Barra do Choça, cedidas pela Diretora Comercial da COOPERBAC em entrevista realizada durante a pesquisa de campo.

No primeiro capítulo, inicialmente, descreveu-se o processo de formação da agricultura moderna. Em sua segunda seção, foi exposto o debate acerca das concepções de Karl Marx (1956,2011) e os autores que foram influenciados por ele, - Lênin (1985), Kautsky (1972) e Chayanov (1974) – sobre o campesinato no modo de produção

capitalista. Ainda nesta seção, foram expostas as ideias dos autores Silva (1997), Abramovay (1992) e Oliveira (2007), que tratam a questão agrária no contexto brasileiro. Por fim, na última seção deste capítulo, foi abordado o conceito de agricultura familiar, fundamentado nos trabalhos de Abramovay (1992) e na lei brasileira sancionada especificamente para direcionar as políticas públicas para a este segmento.

No segundo capítulo descreveu-se a evolução histórica da produção cafeeira no país, evidenciando as mudanças provocadas pela ascensão da economia cafeeira nas relações do meio rural brasileiro e do âmbito urbano.

Para discutir o tema que é objetivo específico deste trabalho, foi analisado, no terceiro capítulo, a formação regional em que se insere o município de Barra do Choça para entender a sua própria formação e atual estrutura agrária. Na seção final deste capítulo verificou-se a situação econômica, a produção, o acesso ao crédito e o alcance das políticas que são voltadas para a cafeicultura familiar em Barra do Choça, Bahia.

Dentre os principais resultados, constatou-se que, além das alternativas encontradas no âmbito da pluriatividade, as políticas existentes, como o PRONAF e a PAA, são interessantes para os agricultores familiares se mantenham no campo, contudo se mostram incompletas ou ineficazes em alguns casos, desencadeando uma parte de ineficiência, por não completarem o ciclo de produção e comercialização, resultando na venda do produto a menores preços. Nesse sentido, o Estado, enquanto responsável pelas políticas públicas voltadas a este segmento social, deve criar mecanismos de sustentabilidade para este tipo de produção, utilizando melhor o potencial dos agricultores familiares.

CAPÍTULO 1 LUGAR E FUNÇÃO SOCIAL DO CAMPESINATO E DA AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DA AGRICULTURA MODERNA

Tema complexo na discussão acadêmica, o processo de evolução histórica da agricultura é um assunto um tanto controverso no âmbito das ciências econômicas. Marx (1956) apesar da atenção dada à agricultura e sua especificidade, trouxe uma ideia dicotômica entre o espaço rural e o urbano, acreditando que, com a ascensão do capitalismo, as cidades cresceriam cada vez mais e, com a proletarização do trabalhador rural, somada às inovações que o capitalismo levaria para a produção agrícola, a propriedade familiar tenderia a desaparecer.

Mesmo que a concepção de Marx (1956) faça sentido, diante do modo como a produção capitalista “invade” cada setor, inovando, aumentando a produtividade e tirando sempre mais do trabalhador, Ricardo Abramovay (2007) coloca outra ideia, distinta da teoria que ele denomina clássica marxista da questão agrária – Lênin (1985), Kautsky (1998) e o populista russo Alexander V. Chayanov (1974) –, em que a produção familiar não apenas não irá se extinguir como ainda teve um papel fundamental para o crescimento dos países mais desenvolvidos.

Visto que, acerca do complexo tema da questão agrária, existe ainda um debate sobre o que é o camponês e o que é agricultor familiar, para caracterizar este último, é necessário compreender alguns aspectos da sua formação e as diferenças para a chamada agricultura patronal, traçando uma linha histórica da transição do feudalismo para o capitalismo e a evolução da agricultura moderna até os diferentes modelos existentes no início do século XXI.

1.1 Revolução Agrícola: da produção feudal à agricultura moderna

Do século V até o início do século XIII o sistema feudal predominava na Europa e o isolamento entre os feudos – medida de segurança, resultado das invasões dos bárbaros ao império romano – impedia a realização do comércio. A desvalorização da moeda – que passou a não ser mais utilizada – foi consequência para a falta de comércio entre os feudos, tornando o sistema feudal estritamente agrário.

O modelo de produção feudal trazia em seu sistema a sua própria lógica política e social: de um lado, os senhores feudais, donos da terra e de um pequeno

exército, emprestavam a terra para plantio em troca de grande parte da produção agrícola; do outro lado, os camponeses que se sujeitavam a condições críticas e pagavam com a maior parte da sua colheita pela segurança e uma parcela da terra para cultivar.

As técnicas agrícolas eram limitadas e não havia motivação entre os camponeses para a inovação. O preparo do solo era feito, durante o período feudal, por meio do *pousio*, sistema em que uma parte da terra é cultivada enquanto outra parte é separada para um período de preparo do solo, que podia levar até mais de um ano, visando recuperar a sua fertilidade (ROMEIRO, 1998). Então, a produção além de tecnicamente, era limitada na quantidade produzida, fazendo com que a produção fosse praticamente toda voltada para a subsistência.

A transição do feudalismo para o capitalismo, que aconteceu no decorrer do século XV e início do XVI, foi possível mediante um conjunto de fatores – entre eles, o encurtamento do *pousio*, e, no mesmo período, o reaparecimento do comércio com retorno à utilização de antigas técnicas de cultivo e sua inovação, além do crescimento da população – que iria culminar, no século XVIII, na chamada Revolução Agrícola.

O que começou o processo de revolução foi exatamente a redução no tempo usado para o “*pousio*” – “*pousio*” florestal, “*pousio*” arbusivo, “*pousio*” curto, cultivo anual e cultivos múltiplos – que aconteceu usando a rotação de leguminosas para preparar o solo sem grande margem de espera entre os cultivos (VEIGA, 2007).

Com a rotação mais rápida de culturas na terra destinada ao cultivo, técnicas já conhecidas, como o arado e a charrua, passam a ser mais utilizadas objetivando aumentar a produção, mas com alguma inovação, para melhor cumprir com o objetivo desejado pelos camponeses. Contudo, a utilização dessas técnicas provocou mais que algumas inovações para a Europa feudal, a partir do século XII, como afirma Romeiro (1998).

A introdução do arado medieval não somente permite ao agricultor enfrentar com êxito as novas condições agroecológicas, como também vai dar origem a uma nova série de outras inovações técnicas e também, segundo vários autores, de inovações institucionais. Essas últimas afetariam as próprias instituições feudais: o uso do arado teria exigido uma nova configuração dos campos agrícolas, na qual as faixas de cultivo se tornam longas e muito estreitas, encavalando-se umas sobre as outras [...]. Essa configuração complexa dos campos de cultivo, por seu turno, exigiria o desenvolvimento de instituições que tornassem possível uma regulação coletiva do uso desses recursos fundiários [...]. (ROMEIRO, 1998, p. 33 e 34).

A evolução técnica a que Romeiro (1998) se refere foi compatível com a Revolução Agrícola no século XVIII. Esse processo de mudança técnica foi alavancado quando houve a necessidade de uma mudança do sistema de rotação bienal para o trienal, que ocorreu no século X, ou seja, o cultivo de uma terceira faixa de terra em mais um período do ano, com o objetivo de prover alimento para homens e animais, produzindo um cereal que menos exigisse nutrientes.

A questão é que, com o uso de animais, desenvolveram-se equipamentos com objetivo de obter mais eficiência e, visto que havia uma necessidade de alimentar esses animais, o sistema de rotação trienal, a partir do século X, foi a alternativa viável. O carro de boi foi substituído por carroças e, com o uso de cavalos – animal mais rápido que o boi – inovações começaram a serem estimuladas para facilitar o seu uso, levando a produção manufatureira e também metalúrgica, a produzir ferraduras. Outra mudança que o uso de cavalos provocou foi na evolução dos transportes, pois o boi era muito lento para a sua utilização em carroças e charretes.

Assim, como desencadeamento resultante da reutilização de antigas técnicas e o incremento de novas, o reaparecimento do comércio, e naquele momento de cunho internacional, o modo de produção feudal declinava, de fato. É válido salientar que as relações feudais estavam ligadas às inovações técnicas que foram também as responsáveis pelas mudanças na economia ao trazer o desenvolvimento na produção agrícola, meios de transporte, produção artesanal e, por fim, ao comércio e este último trouxe consigo o declínio do próprio sistema feudal (ROMEIRO, 1998).

Logo, produzindo uma quantidade maior de gêneros agrícolas – graças às mudanças técnicas –, culminando no reaparecimento do comércio, o feudalismo deu lugar, entre os séculos XV e XVI, ao sistema capitalista urbano. Nesse contexto, as diferenças entre a população rural e a urbana começam a se acentuar e mudanças institucionais acabaram gerando uma nova forma de relação social como Veiga infere

Na Inglaterra, a decomposição do feudalismo gerou uma famosa trindade: o proprietário fundiário rentista, o arrendatário-patrão e o trabalhador agrícola assalariado. As *enclosures* resultaram da luta entre *landlords* e comunidades rurais, sendo que os primeiros, com a ajuda de grandes arrendatários, obtiveram acachapante vitória. Nas grandes fazendas das planícies centrais desenvolveu-se uma agricultura tão diferente dos estilos continentais que fez com que todos os grandes pensadores do século XIX acreditassem que aquele seria o modelo acabado da agricultura capitalista. (VEIGA, 2007, p. 33).

O modelo inglês, no século XVIII, representou um conjunto de mudanças em que a produção tinha o claro objetivo de gerar lucro, formando três classes no âmbito rural, em que o proprietário fundiário, através do arrendatário, que era o patrão, arrendava suas posses e conseguia recursos para buscar outros investimentos e os trabalhadores agrícolas, que agora eram assalariados.

Esse sistema tinha sua base na introdução de novos instrumentos e melhorias nos antigos, diminuindo o custo de preparação do solo e reduzindo a quantidade de mão-de-obra necessária na produção bem como o número de animais necessários para a tração (ROMEIRO, 1997). A importância do modelo agrícola inglês é salientada por Romeiro (1997)

Esse novo sistema de cultura, em seu apogeu na Inglaterra no século XVIII e no continente no século XIX, havia tornado possível alimentar uma população camponesa crescente e ao mesmo tempo uma população equivalente nas cidades. Cabe observar, no entanto, que esse sistema de cultura continua relativamente intensivo em trabalho durante a revolução industrial na Inglaterra [...] (ROMEIRO, 1997, p. 49).

Por isso Veiga afirma que muitos pensadores acreditaram que o modelo Inglês seria o definitivo da agricultura no capitalismo. O autor não se referia apenas ao modo como se dava a produção, mas, também sobre a relação entre os agentes. Os grandes proprietários de terra, através de leis que asseguravam essa propriedade à herança e hipoteca, sendo detentores dos meios de produção tinham um papel determinante no processo de evolução do sistema capitalista no meio agrícola (VEIGA 2007).

A nova classe que surgiu, o arrendatário capitalista, trouxe para o âmbito rural a ideia do empresário investidor e provocou uma mudança mais profunda na estrutura das relações sociais-considerando que,

A maior parte desses empresários rurais surge do vigoroso processo de diferenciação social do campesinato, que o divide entre, de um lado, camponeses que possuem um pequeno pedaço de terra e têm direito ainda ao uso dos recursos comunais, e de outro, pequenos (às vezes grandes) proprietários independentes, os *yeoman*, mais ou menos “condenados” a aumentar suas possessões para sobreviver, evitando assim tornarem-se trabalhadores assalariados. Desse modo, as terras tendem a ser reagrupadas pouco a pouco nas mãos seja do grande *yeoman*, seja do grande arrendatário capitalista, além, é claro, da nobreza fundiária (ROMEIRO, 1997, p. 59).

Nessa citação é válido evidenciar dois aspectos fundamentais para esta pesquisa: a ascensão da classe de empresários capitalistas visando sempre a maior

rentabilidade, o que vai levar à adoção do sistema de rotação Norfolk¹ e a concentração de terra nas mãos desses “empresários” que levava os camponeses a uma tentativa de manter o antigo regime de produção, contudo perdiam a terra e se transformavam em assalariados, e conseqüentemente, sem ter onde produzir e sem emprego, ficavam à margem do novo sistema.

O sistema Norfolk como foi concebido já tinha na Inglaterra as pré-condições necessárias. Na França, o aumento da população teve como resposta o aumento da área cultivada, logo, também se mostraram as limitações daquele país. Na Inglaterra essa crescimento demográfico acabou gerando uma classe de arrendatários que viram esta produção como uma oportunidade de empreendedorismo, mesclando essa atividade com o investimento em indústria e exploração mineral. Até o início do século XIX, a França não conseguiu provocar a ascensão do modelo inglês, conseqüência da resistência camponesa a este sistema.

Nos demais países europeus, a especialização na plantação de apenas um produto ou a monocultura começava a se tornar predominante, com o advento do capitalismo. Visando produzir o produto que era mais aceito no mercado, os grandes fazendeiros não gostavam da restrição que a rotação da terra, proposta no modelo inglês, provocava, principalmente na França do século XIX.

Mesmo que houvesse vantagens para a fertilização dos solos, os grandes fazendeiros preferiam maiores lucros ampliando as áreas cultivadas de acordo com os preços de mercado, contudo, todo este esforço ainda não era suficiente para que o setor agrícola suprisse suas demandas de forma satisfatória.

Ademais, as pequenas propriedades não deixaram de aparecer, contudo não se enquadravam no modelo de produção capitalista focado em larga produção, e, a realidade dos trabalhadores rurais proletarizados sempre tendia à marginalização. Com isso, diante da restrição de oferta dos alimentos básicos, em decorrência das tradicionais técnicas de cultivo, que ainda não possibilitavam ganhos representativos de produtividade diante de uma demanda crescente, os preços de produtos básicos eram altos e foi necessária a intervenção estatal como uma tentativa de amenizar a situação precária dos trabalhadores do âmbito rural, como afirma Veiga

¹ Sistema em que não há o “*pousio*” e sim a rotatividade de quatro culturas, e dentre estas algumas leguminosas, com a finalidade de recuperar a fertilidade do solo, concebido entre 1730 e 1740.

Para essa população rural proletarizada, o preço dos alimentos – essencialmente o do pão - passou a ser tão importante quanto o era, há muito tempo no meio urbano. As despesas com a compra de pão que representavam cerca de 44% no orçamento familiar nos anos de 1760, saltaram para 60% em torno de 1790. Para controlar essa carestia alimentar chegou-se a subsidiar a importação de grãos, proibir seu uso para destilação e encorajar o consumo de batatas. Mas os efeitos dessas medidas foram apenas marginais. (VEIGA, 2007, p. 34).

Então, é possível perceber na afirmação de Veiga que, no espaço de tempo entre os anos 1760 e 1790, há um aumento de 16% no preço de um produto básico, o pão. Apesar do incentivo do governo à substituição de alimentos necessários por outros mais baratos e medidas que coíbiam o uso de grãos para fins supérfluos, a marginalização do camponês não retrocedeu ou estagnou, visto que as despesas com alimentação ainda eram altas e a produção não era suficiente.

A partir da ascensão do capitalismo, no século XVI, um conjunto de fatores históricos somou-se ao processo de marginalização do camponês. A ideia de que o capitalismo, com o objetivo de obter o máximo dos recursos disponíveis, chegaria ao espaço rural, formando grandes propriedades com o emprego de novas tecnologias, provocou o processo de decadência social.

Nesse contexto, em que o camponês foi submetido a precárias condições de trabalho, na cidade ou no campo, além da perda da terra – por motivos políticos ou por forte concorrência – os autores de base marxista, Lênin e Kautsky, conceberam que essa produção, baseada na pequena propriedade, iria desaparecer, dando lugar a uma agricultura essencialmente patronal cuja principal característica seria o uso de mais tecnologia. Ainda, com o objetivo de produzir mais, os fazendeiros capitalistas iriam forçar a aquisição de novas faixas de terra, inclusive a compra das propriedades camponesas, conseqüentemente transformando o camponês em trabalhador assalariado.

No começo do século XX, com o capitalismo já consolidado, surgiu o modelo de produção agrícola euro-americano, provocando novas discussões sobre o futuro da produção camponesa. Segundo a definição de Romeiro

[...] pode-se dizer que, por modelo euro-americano de modernização agrícola, entende-se um sistema de produção que tornou viável a produção em larga escala da monocultura. Trata-se de um sistema de produção baseado na utilização intensiva de fertilizantes químicos combinados com sementes selecionadas de alta capacidade de resposta a esse tipo de fertilização, no uso de processos mecânicos de reestruturação e condicionalmento de solos degradados pela monocultura e no emprego sistemático de controle de pragas (ROMEIRO, 1997, p. 69).

Durante o século XIX na Europa, os agricultores que objetivavam plantar o produto mais rentável, ou seja, com os melhores preços para vender o mercado, já buscavam uma forma de evitar a rotação fertilizando a terra com produtos químicos, mas havia restrições. No caso americano havia uma cultura com caráter altamente especulativo em que se podiam buscar formas de produzir um só produto por longos períodos, de acordo com as flutuações de mercado. Apesar de o governo intervir para evitar abusos não houve o impedimento para a especulação mantendo, assim, o ideal inovador em busca de maximização dos lucros da produção agrícola. Não obstante, Chayanov (1974) entendia que o objetivo do camponês era de minimizar os riscos e não buscar maior rentabilidade apenas para aumentar os lucros, visão que será melhor discutida na próxima seção deste trabalho.

A modernização da agricultura se torna um processo irreversível a partir da sua industrialização. O processo de industrialização do setor agrícola é definido segundo Kageyama *et al* (2001),

A “industrialização da agricultura” envolve a ideia de que a agricultura acaba se transformando num ramo de produção semelhante a uma indústria, como uma “fábrica” que compra determinados insumos e produz matérias-primas para outros ramos da produção. O camponês produzia em “interação com a natureza” como se esta fosse o seu “laboratório natural”. Trabalhava a terra com os insumos e ferramentas que tinha a seu alcance, quase sempre produzidos em sua propriedade. A agricultura industrializada, ao contrário, está conectada com outros ramos da produção [...]. (KAGEYAMA *et al*, 2005, p. 113-114).

A modernização da agricultura remete à mudança na base técnica, com uso de máquinas e novos insumos. A industrialização foi desencadeada com a modernização e levou o setor agrícola a produzir como outras indústrias, com divisão do trabalho, utilizando insumos e equipamentos de outros setores e, da mesma forma, produzindo também matéria-prima para outros ramos da indústria. O resultado foi a dependência da produção rural industrializada de outros setores.

A grande diferença que Romeiro (1998) coloca é que a agricultura americana especulativa não apresentava consciência como os camponeses tinham na Europa, que tinha uma perspectiva patrimonial da terra, em que conservá-la significava cuidar do patrimônio que vinha há gerações na família. O produtor americano entendia a conservação dos solos como uma atitude pouco inteligente, pois o mercado “ditaria” que produto – usando a monocultura – deveria ser cultivado.

Dessa forma, sem a consciência camponesa, e sem a rotação de culturas como

forma de diminuir a degradação ambiental, a busca pela produção no sistema da monocultura, objetivando o mercado, provocou o desenvolvimento técnico e científico no bojo da Revolução Verde que na América começou a ocorrer nos anos 1940 com maior destaque a partir da década de 1960. Os imigrantes europeus passam ao longo do tempo a se desvincular da racionalidade camponesa européia, que antes era empecilho a prática da monocultura.

Romeiro (1998) ainda afirma que a Revolução Industrial, da a base necessário para este processo, produzindo fertilizantes e produtos para controle de pragas químicos, e máquinas para o preparo do solo. A especialização da produção agrícola era sem dúvidas uma vantagem para as elites, e uma grande desvantagem para os pequenos produtores, pois o poder de barganha dependia do que o governo entendia como mais lucrativo, ainda que fosse rentabilidade em detrimento do meio ambiente. No Brasil, esse processo ocorreu na década de 1960, resultado da industrialização do país, em que a produção dos bens necessários a este processo, se tornou acessível à agricultura brasileira.

Veiga (2007) e Romeiro (1998) levantaram os motivos históricos para a formação da agricultura moderna nos moldes do capitalismo. Romeiro (1998) estabeleceu os fatores que deram origem ao processo de transição do feudalismo para o capitalismo no âmbito rural, evidenciando como ocorreu a diminuição do período de “*pousio*” e a distribuição da terra até as novas técnicas que culminaram na agricultura moderna. A análise desse processo é importante para entender a fase capitalista da agricultura, a marginalização do camponês e a evolução das relações no campo, que Veiga (2007) explica recorrendo às vicissitudes históricas. Ainda, é necessária atenção à formação da agricultura moderna e às peculiaridades nas diferentes regiões da Europa, onde começa o capitalismo e essas novas relações no campo e na cidade.

Essas novas relações influenciaram profundamente também o meio rural na América do norte, principalmente os Estados Unidos, onde gerou uma forma de produção específica em que o pequeno produtor apresentou um papel de grande importância para a produção de alimentos e matéria-prima agrícola do país.

Essa especificidade da agricultura e a importância das pequenas propriedades podem ser percebidas na evolução histórica traçada por Veiga (2007) e Romeiro (1998) e são fundamentais para compreender o debate sobre o camponês e o agricultor familiar apresentado nas próximas seções deste trabalho.

1.2 O campesinato no sistema capitalista

Entendendo o processo de formação da agricultura moderna, as teorias que surgiram com o objetivo de conceituá-la e caracterizar as suas relações, se tornam mais compreensíveis ao considerar-se o período em que foram debatidas. A discussão sobre o processo de modernização da agricultura é necessária neste capítulo enquanto tenta – dentre outros aspectos, como estudar as funções desempenhadas pela agricultura para o âmbito social e econômico – traçar a importância social do pequeno agricultor analisando-se a sua forma de produção, para então estabelecer as diferenças conceituais entre agricultura camponesa e familiar e as formas que assume na contemporaneidade.

As concepções dos autores Marx (1956), Lênin (1985), Kautsky (1998) e Chayanov (1974), que discutem o campesinato no âmbito do capitalismo, e dos autores Abramovay (1992), Silva (2007) e Oliveira (1997), que discutem a questão agrária no contexto brasileiro, com destaque para a relação que têm os camponeses com os agricultores familiares e com grandes fazendeiros e o seu papel dentro do sistema capitalista, foram colocados com a intenção de provocar um debate que é imprescindível para entender como funciona a agricultura familiar e camponesa no contexto capitalista.

Karl Marx² (2011) pôde ver as mudanças que a chegada do capitalismo provocou no meio rural e a consequência daquele contexto para o camponês, por isso se torna tão relevante o seu debate para essa pesquisa. Ao iniciar a discussão, influenciou os autores Lênin e Kautsky que dividem com ele a concepção de que a produção camponesa iria acabar dando lugar a uma produção agrícola segundo a lógica do capital.

Assim, segundo Marx (2011), se não houver algum fator exógeno à lei de mercado – que poderia ser, por exemplo, a política do Estado – a marginalização ou transformação do camponês em trabalhador assalariado seria inevitável. No Manifesto do Partido Comunista de 1848, infere que

As pequenas classes médias antigas – pequenos industriais, comerciantes, os que vivem de rendas, artesãos e camponeses – precipitam-se no proletariado, quer porque seu pequeno capital já não basta para empreendimentos da grande indústria, sucumbindo à concorrência dos capitalistas maiores, quer porque sua habilidade desvalorizou-se em consequência de novos modos de produção. Assim o proletariado é recrutado de todas as classes da população. (MARX, 2011, p. 37).

² Atuou como economista, filósofo, historiador, teórico político e viveu durante a expansão da Revolução Industrial pelo mundo, no século XIX, trabalhou a questão agrária, na sua obra “O Capital” (1981).

Marx (2011) infere, então, que a lógica do capital transformaria de tal forma as relações do campo que se o camponês não se tornasse um pequeno capitalista, haveria outro produzindo em larga escala com tecnologia e utilizando mão-de-obra contratada não sendo mais necessária a sua forma tradicional de produção.

Vladimir Lênin³ (1985), em seu contexto, percebeu que os trabalhadores e os camponeses trabalhavam muito, contudo recebiam baixos salários e viviam em situação precária. Fez críticas ao fato de que a terra não pertencia, também, a grande parte dos camponeses, julgando que sem a reforma agrária a terra seria, por meio de revolução ou reformas políticas, concentrada na mão dos capitalistas. Durante a Revolução Socialista na Rússia, Lênin afirma, no “Relatório Sobre a Terra”

Consideramos que a revolução provou e mostrou como é importante que a questão da terra seja colocada com clareza. O desencadeamento da insurreição armada, da segunda revolução, a de Outubro, prova claramente que a terra deve ser entregue nas mãos dos camponeses [...]. O governo da revolução operária e camponesa deve resolver, em primeiro lugar, a questão da terra (LÊNIN, 1985).

Lênin (1985) defendeu a estatização da terra e distribuição entre os camponeses o que, para ele, seria o caminho para o socialismo. Logo, em sua concepção, se não houvesse a distribuição da terra entre os camponeses, estes estariam fadados à proletarização, por isso, a questão agrária deveria ser debatida de forma mais séria, senão radical.

Com uma concepção parecida a de Lênin, Karl Kautsky⁴ (1998) se preocupava com o futuro dos camponeses, pois via o capitalismo provocando a mecanização da agricultura através das grandes propriedades e isso culminaria na extinção da propriedade camponesa. Kautsky não apoiava a Revolução Russa, que tinha em sua liderança Vladimir Lênin, mas defendia reformas políticas em uma época de mudanças profundas, consequência da ascensão capitalista no século XIX. Segundo ele,

O camponês torna-se um operário parcial da fábrica [...] ele cai ainda sob a dependência técnica da exploração industrial [...] lhe fornece forragens e adubos. Paralelamente a esta dependência técnica produz-se ainda uma dependência puramente econômica do camponês em relação à cooperativa. (KAUTSKY, 1972, p.128).

³ Um dos líderes da Revolução Russa, em 1917, e do partido Comunista, que viveu na Rússia em um momento de industrialização, no período da Segunda Guerra Mundial.

⁴ Kautsky era alemão e estudou história e filosofia, ficando conhecido como um teórico político que tinha como grande influência Karl Marx.

Com a difícil concorrência das grandes e desenvolvidas produções, o autor via como consequência para o trabalhador rural a tendência a se deslocar para os centros urbanos em busca de empregos com melhores salários. Porém, segundo Kautsky (1972), se houvesse uma associação com o sistema, ou seja, a pequena propriedade buscando suprir as necessidades da indústria e uma cooperação entre os próprios camponeses buscando direitos, essa seria uma forma de evitar o desaparecimento da pequena propriedade rural.

Alexander V. Chayanov⁵ tinha uma visão bastante diferenciada sobre o campesinato. Chayanov (1974) vai além e tenta traçar uma teoria sobre o comportamento econômico do camponês, sendo esse aspecto do seu estudo de grande relevância para as teorias propostas sobre a agricultura camponesa e para este trabalho. O autor analisou as motivações do camponês acreditando que este realizava a produção em família e utilizava a sua força de trabalho com o objetivo único de atender às suas necessidades de subsistência. Segundo Chayanov (1974), a necessidade da própria família seria a motivação real para que o produtor familiar “extrapolasse” no uso da sua força de trabalho.

Diferente dessa linha de pensamento, Marx (2011) via o camponês produzindo para vender, pois o objetivo era comprar e quanto mais se aproximasse do mercado outras necessidades surgiriam fazendo-o usar a sua força de trabalho. O destino então seria o fim da pequena propriedade, concepção que Lênin também possuía, pois se o camponês, como um pequeno produtor, tentasse concorrer com a grande propriedade capitalista, tenderia a se tornar um burguês ou um trabalhador, extinguindo então o campesinato de uma forma ou de outra (ABRAMOVAY, 1992, p. 63).

Chayanov (1974) entenia que o camponês, em sua produção familiar, apenas não seguia à lógica de acumulação do capitalismo, ou seja, não existia busca pelo lucro como em uma empresa capitalista, e as suas escolhas eram determinadas de forma subjetiva. Para o autor, o campesinato tinha também um papel importante para o desenvolvimento agrícola. A princípio destacou que o camponês é diferente do trabalhador assalariado que está inserido no sistema capitalista. Na sua concepção, o camponês deve ser estudado, pois compreendendo o seu comportamento é que também se pode entender sua inserção no âmbito social como classe distinta.

É necessário perceber que para Chayanov “o volume da atividade familiar

⁵ Nascido em 1888, era um professor de economia agrícola e estudioso do comportamento camponês que chegou a ser vice-ministro do governo russo derrubado pela Revolução de Outubro.

depende inteiramente do número de consumidores” (1974). Então, segundo o autor, o volume de trabalho só aumentará se a família crescer, visto que o trabalho está diretamente ligado ao objetivo de sanar a necessidade de consumo da mesma. Dessa forma, não há interesse individual no campesinato e sim o interesse da família.

O aspecto importante em analisar os trabalhos de Chayanov, segundo Abramovay (1992), está na relação entre o campesinato e a produção familiar quando o capitalismo é inserido ao campo, considerando que o autor tentou traçar uma lógica no comportamento do camponês em relação ao mercado e a influência da família nessa relação. Se o interesse em comprar meios de produção com alguma tecnologia fosse pensando apenas em reduzir o esforço da família e sem aumentar rendimentos – já que o camponês produzia para o consumo da família – o investimento não seria feito.

Analisando o comportamento do camponês no mercado, Chayanov (1974) entra em temas importantes para os debates mais atuais, como a relação do camponês com a agroindústria e o cooperativismo, quando afirma que essa organização

Obriga o pequeno produtor a mudar o plano organizacional de sua unidade produtiva segundo a política de vendas e processamento da cooperativa, para melhorar suas técnicas e adotar métodos aprimorados de cultivo e criação, garantindo um produto inteiramente estandarizado, sujeito a um cuidadoso trabalho de seleção, embalagem e engarrafamento segundo a demanda do mercado mundial (CHAYANOV, 1986, *apud* ABRAMOVAY, 1992, p. 70).

Assim, o autor infere que a chegada da agroindústria obriga o pequeno produtor a mudar o seu plano organizacional de produção. Para Chayanov, com a chegada do ideal capitalista ao campo, o camponês viraria um burguês mudando seu sistema de produção ou passaria a ser um trabalhador assalariado. É importante evidenciar que para este autor o capital tinha o poder de ampliar o universo social do camponês, pois “os laços comerciais que convertem a unidade familiar em uma pequena unidade produtora de mercadorias são o primeiro caminho para a penetração das relações capitalistas no interior do país” (CHAYANOV, 1986, p 258, *apud*, ABRAMOVAY, 1992, p. 69).

Os trabalhos de Lênin (1985) e Kautsky (1972) acerca do espaço agrícola se restringem a explicar os efeitos da ascensão do capitalismo sobre os camponeses e quais soluções deveriam ser tomadas pelo Estado para que não houvesse a marginalização do homem e sua família que vivia no campo. Não é possível perceber uma análise destes autores sobre as características de um camponês e nem do seu modelo de produção.

Contudo, é imprescindível, para compreender a questão da agricultura familiar, analisar a evolução histórica dos problemas e soluções apresentados por Lênin (1985) e Kautsky (1972) para o advento do capitalismo no espaço rural. Para estes autores o interesse de grandes investidores em maximizar lucros com a produção agrícola era um incentivo à compra e acumulação de terras seja por parte de pequenos agricultores ou de latifúndios formados por gerações e adquiridos por herança.

A relevância das teorias de Marx (1956, 2011), Lênin (1985) e Kautsky (1998) está na discussão do direito à terra e o no papel que o Estado deve desempenhar para assegurar que o camponês possa continuar produzindo e evitar a sua marginalização. Assim, de acordo com os autores até aqui estudados, o campesinato seria um modo de vida, onde as relações culturais, econômicas e sociais estão intrinsecamente ligadas em um único sistema em que a terra, os meios de produção o trabalho e o próprio consumo são inerentes a um único agente: a família.

Para delimitar o debate, na próxima seção do trabalho serão apresentados os posicionamentos dos autores Silva (1997), Abramovay (1992) e Oliveira (2007) acerca do atual contexto – de novas funções e relações da agricultura moderna – tendo sido necessário, para isso, entender o ponto inicial do debate acerca das relações na agricultura e o pensamento dos clássicos da questão agrária, observando o seu contexto, em um período de ascensão do capitalismo.

1.3 Agricultura familiar: definição e função social

Os modelos americano e europeu, no século XX e início do XIX, respectivamente, de produção familiar evidenciaram a especificidade desse segmento na agricultura dentro do capitalismo, por se mostrarem contrários à expectativa dos clássicos marxistas da questão agrária, de que a pequena propriedade iria ser extinta.

Os países desenvolvidos apresentam uma produção agrícola de cunho familiar que tem importante papel para o desenvolvimento dos outros segmentos. Um exemplo disso é que esses agricultores, segundo Abramovay (1992) acabam produzindo alimento suficiente para os trabalhadores de outros segmentos, suprimindo o mercado interno, o que é imprescindível para o desenvolvimento do país.

Pode-se constatar que, mesmo com o ideal capitalista no campo, a agricultura familiar, nos países desenvolvidos, apresenta um papel importante e está longe de ser extinta como acreditavam os autores clássicos. Ocorre que as características da pequena

produção no contexto capitalista trazem uma diferenciação entre o camponês tradicional e o agricultor familiar.

As primeiras mudanças no sentido dessa diferenciação podem ser exemplificadas a partir da forma de preparação do solo feita pelo agricultor americano, diferente do preparo tradicional do agricultor europeu, que era feita de um modo em que a prioridade era ganhar sempre mais plantando um só produto – que estivesse com preços altos no mercado – sem consciência, fazendo uso de fertilizantes químicos. Sobre o surgimento e a importância do trabalho familiar, num contexto capitalista de produção, Oliveira (2007) afirma que

Outra característica das relações de produção no campo sob o modo capitalista de produção decorre do fato de que a força de trabalho familiar tem um papel muito significativo e vem aumentando numericamente de modo expressivo. Para exemplificar esse fato, basta lembrar o caso brasileiro, em que ela representa mais de 80% da força de trabalho empregada na agricultura, ou então recorrer ao exemplo norte-americano, cujas pesquisas recentes mostram uma participação massiva das *family farms*, isto é, da produção baseada no trabalho familiar. Assim, a agricultura norteamericana também não tem seu suporte nas *corporate farms* e sim nas *family farms*. Esse mesmo fenômeno ocorre também na maioria dos países da Europa (OLIVEIRA, 2007, p. 9).

O autor analisa, então, dentro do contexto citado acima, a importância da permanência desses agricultores que produzem em pequenas propriedades, evidenciando que a agricultura é um paradoxo como consequência do próprio sistema capitalista que cria, em sua evolução, relações não capitalistas e antagônicas no que concerne a modelos de produção.

Nesse sentido percebe-se que, apesar de o sistema capitalista modificar desde as relações de produção até mesmo a cultura de uma determinada comunidade, chega também ao âmbito rural com a sua lógica de maximização dos lucros e consequente concentração fundiária, a realidade é que, conforme afirma Oliveira (2007), as pequenas produções familiares no Brasil, empregam 80% da mão-de-obra que existe no meio rural.

Portanto, contrário ao que Marx previa, o campo tem uma especificidade, diferente dos outros setores, no âmbito do modo de produção capitalista, que é um tanto paradoxal, contraditório em sua própria lógica e que é explicada por Oliveira

[...] a formação econômico-social capitalista é fruto desse processo único. É fruto dos seguintes momentos diferentes, contraditórios, mas articulados: em uma ou mais fração do território capitalista tem-se a forma especificamente capitalista de produção (produção da mercadoria e produção da mais-valia), em outros, ora a circulação da mercadoria está subordinada à produção, ora a produção está subordinada à circulação. Esse é o princípio teórico que permite entender o desenvolvimento do capitalismo e particularmente a agricultura (OLIVEIRA, 2007, p. 21).

Como um processo articulado e contraditório é que se define o desenvolvimento do capitalismo, em que a relação de produção, distribuição, circulação e consumo é onde coexistem a relação típica do capital e o antagonismo gerado por ele (OLIVEIRA, 2007).

O que Oliveira (2007) analisa também é a questão central que Abramovay (1992) coloca ao fazer um paralelo entre os autores clássicos marxistas da questão agrária e os mais recentes pesquisadores da área. Mesmo com uma aceitação geral, entre Marx (2011), Lênin (1985) e Kautsky (1998), da ideia de que a produção familiar iria acabar é fato que ela existe e, como coloca Oliveira (2007), em países desenvolvidos, ainda se mostra em posição de destaque para as suas economias.

Partindo desse fato, Abramovay (1992) cria algumas novas concepções. Primeiro a distinção entre o agricultor familiar e o camponês, em seguida evidencia a importância da produção familiar para o sistema capitalista. Segundo o autor

O ambiente no qual se desenvolve a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai asfixiar o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social.

Ai reside então a utilidade de uma definição precisa e específica de camponês. Sem ela é impossível entender o paradoxo de um sistema econômico que, ao mesmo tempo em que aniquila irremediavelmente a produção camponesa, ergue a agricultura familiar como principal base social do desenvolvimento (ABRAMOVAY, 1991, p. 131).

Para este autor, o campesinato era uma forma específica de viver, que aconteceu anterior ao período de transformação na agricultura pelo capitalismo. Campesinato, segundo ele, é um termo que caiu em desuso e pode parecer impróprio, não obstante se constitui como a base do que se conhece nos países desenvolvidos como agricultura familiar. Nesse sentido, quando o modo de vida campesinato se transforma em uma profissão, passa a ser classificado como agricultura familiar.

No sistema capitalista, com base no contexto atual, em que se discutem novos problemas como a questão ambiental, surge o agricultor familiar, como afirma

Abramovay (1992), que objetiva a venda da sua produção com a finalidade de obter lucro, assimilando as inovações que ampliam a produtividade, agora, em âmbito familiar. Essa é uma definição que explica não somente a importante diferença entre o agricultor familiar e o camponês, mas também a sua importância para o capitalismo, no contexto do século XXI. É nesse ponto que o autor critica a ausência de uma análise melhor elaborada por Marx (2011) sobre o futuro da produção familiar e afirma que

O que Marx não podia antever, que estava totalmente fora de sua perspectiva teórica, é que o extermínio social do campesinato não significaria fatalmente a eliminação de qualquer forma de produção familiar como base para o desenvolvimento capitalista na agricultura. [...] sua concepção teórica só permitia que estabelecimentos baseados na oposição entre capital e trabalho se encargassem de imprimir universalidade à atividade agrícola, de integrá-la à divisão do trabalho e desenvolvê-la tecnicamente (ABRAMOVAY, 1992, p.129)

Abromavay (1992) afirma que Marx (2011), limitado pela perspectiva do seu contexto, não podia perceber que unidade familiar não iria ser extinta, e sim a forma do campesinato – daria lugar ao que ele chama de agricultura familiar – que iria ser a premissa de um novo modelo, de grande relevância para suprir a necessidade do sistema capitalista. Logo, essa importância da agricultura familiar para a própria estrutura social do capitalismo é demonstrada por Abramovay (1992).

O autor cita, por exemplo, as transformações ocorridas após a Crise de 1929 com a mudança que houve nos preços dos produtos agrícolas, em que a classe trabalhadora teve essa demanda suprida pelo que é produzido na pequena propriedade nos Estados Unidos, ou seja, a agricultura familiar desempenhando o importante papel de suprir o consumo alimentar dos trabalhadores. Silva (1997) também faz uma crítica aos trabalhos de Lênin e Kautsky concernente ao que aconteceria aos camponeses no futuro e evidencia o desempenho de novas atividades não agrícolas quando afirma que

Na verdade, a novidade em relação aquilo que na visão dos clássicos marxistas seria considerado camponeses em processo de proletarização é a combinação de atividades não agrícolas fora do seu estabelecimento, o que não ocorria anteriormente. E mais: os clássicos consideravam que a existência de membros da família camponesa trabalhando fora de sua unidade produtiva era um indicador do processo de proletarização e, conseqüentemente, de desagregação familiar, empobrecimento e piora das condições de sua reprodução social. É preciso recordar que os camponeses não eram produtores agrícolas especializados: combinavam atividades não-agrícolas de bases artesanais dentro do estabelecimento, envolvendo praticamente todos os membros da família na produção de doces e conservas, fabricação de tecidos rústicos, móveis e utensílios diversos, reparos e ampliação das construções e benfeitorias, etc. (SILVA, 1997)

Silva (1997) afirma que os autores clássicos achavam que a saída de um membro da família da unidade produtora para o desempenho de outras atividades era na verdade a proletarianização da família camponesa e teria como consequência a desestruturação da unidade familiar.

Contudo, infere que isso nada mais é que o desempenho de atividades extras que são ainda combinadas às atividades agrícolas, o que já acontecia antes da acentuação das relações capitalistas no meio rural. Também, a partir do reconhecimento desse misto entre atividades agrícolas e não agrícolas é que ocorre uma evolução nas funções desempenhadas pelo meio rural e pelo agricultor familiar.

As características de um modelo em que prevalece a agricultura familiar ⁶e sua importância para o capitalismo atual são colocadas por Silva (1997), quando ele evidencia em seus trabalhos que o “meio rural está tão integrado a economia que não é mais possível separar este dos outros setores que oferecem insumos ou compram seus produtos”.

Segundo o autor, as inovações tecnológicas que chegaram ao meio rural – no caso da comunicação e transportes – mudaram a ideia de distância entre as regiões. A partir dessas inovações o campo começou a desempenhar novas funções necessárias ao modo de produção capitalista e no modo de vida das pessoas.

Sobre a chegada das inovações ao campo, Silva (1997) ainda infere que o Estado teve um papel determinante para o processo de evolução ocorrido no campo. Apesar do fato de que, por muito tempo, a prioridade das ações políticas tenha sido a indústria e agricultura patronal, a agricultura familiar alcançou espaço na agenda política a partir da promulgação da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

No caso brasileiro, sua definição também pode ser encontrada na própria lei. Para o Estado pode-se considerar apto para ser contemplado com políticas públicas o agricultor que atende aos seguintes aspectos:

⁶ Aqui entendida como uma organização cuja essência de reprodução da família está centrada na integração aos mercados de produtos por ela produzidos, diferentemente da tradição camponesa em que a cultura, a organização socioeconômica, o trabalho e o consumo eram inerentes à um único sistema representado pela própria família.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

(BRASIL, LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006).

A partir da citada lei, o governo passou a classificar como agricultor familiar aquele que trabalha em uma propriedade cujos meios de produção pertencem ao próprio agricultor, o trabalho é desempenhado pela própria família, a renda é originada na propriedade – no que nela é produzido – e que não possua uma área maior que quatro módulos fiscais⁷. Assim, atendendo a este conceito, é possível ao agricultor ter acesso aos benefícios que o governo oferece para que desenvolva a produção com acesso a cursos de cunho técnico na área agrícola e de gestão, financiamentos e acesso a inovação.

A importância em delimitar um conceito para a agricultura familiar está no acesso a políticas públicas, que devem priorizar a especificidade do setor agrícola. Com o reconhecimento da importância dessas pequenas unidades produtoras pelo Estado o campo passa a apresentar uma nova relação com a cidade, no que começa a ser chamado no século XXI de multifuncionalidade da agricultura, conceito que será discutido no próximo capítulo. Nesse aspecto surge o termo *part-time farmer* (agricultor em tempo parcial), que traz para o campo uma ideia diferente da dicotomia rural/urbano que os clássicos da questão agrária trouxeram. Também, a chamada pluriatividade – que Silva (1997), Schneider (2009) e Nascimento (2008) discutem e serão apresentadas também no segundo capítulo deste trabalho – combinando atividades agrícolas e não agrícolas gera para o agricultor familiar outras formas de ganho, além da produção que é predominante em sua área.

Ainda, a realização de programas que têm o objetivo de promover a sustentabilidade, impedindo a degradação do meio ambiente através de uma produção limpa, somado ao ecoturismo e outros tipos de conscientização fazem parte da nova fase da agricultura moderna. Tomando o exemplo do novo modelo que existe na Europa e

⁷ O módulo fiscal é expresso em hectares e é variado, pois é estipulado pelos municípios.

nos Estados Unidos, os países subdesenvolvidos já começam a implantar modelos que atendam a demanda pelas novas funções da agricultura.

Os países em desenvolvimento já apresentam as mudanças na direção apresentada por Silva (1997), onde o campo – que ele passa a chamar de Novo Rural – deixa de ser sinônimo de atraso. Mesmo que seja em menor ocorrência do que há nos países desenvolvidos, é interessante para os países em desenvolvimento implantar modelos agrícolas que apresentem bons resultados do ponto de vista da multifuncionalidade.

A apresentação da evolução histórica da agricultura feudal para a moderna e as teorias em cada contexto de evolução do capitalismo até as novas funções desempenhadas pela agricultura familiar desmonstram que a pequena propriedade não apenas não foi extinta como ainda apresenta grande importância para o capitalismo no século XXI. Entendendo que não há como prescindir da agricultura familiar e, com o seu conceito definido, é possível perceber a relevância do debate acerca das especificidades das áreas rurais, principalmente para países em desenvolvimento. A conceituação da agricultura familiar deve se traçada observando-se um aspecto que Abramovay coloca

[...] a agricultura familiar é um fenômeno tão generalizado nos países capitalistas avançados que não pode ser explicada pela herança histórica camponesa, de fato, em alguns casos existentes: na verdade, o Estado foi determinante na moldagem da atual estrutura social do capitalismo agrário nas nações centrais (ABRAMOVAY, 1992, p. 21).

O Estado, então, passou a ter um papel fundamental na manutenção da agricultura familiar enquanto agente que garanta a oferta de alimentos e gerador de equilíbrio para os preços – políticas que impeçam a desvalorização dos produtos agrícolas no mercado nacional –, ao assegurar a produção e financiar as plantações.

Logo, o Estado também define, por meio de leis, o que é agricultura familiar com o objetivo que as políticas alcancem as pessoas certas. Abramovay (1992) cita a definição dada por Radoje Nikolitch (1969) do USDA – Departamento de Agricultura dos Estados Unidos – que diz ser a unidade familiar àquela que tem estritamente a família trabalhando e gerindo a propriedade, sendo que, se obedecer a esta condição, será irrelevante o tamanho físico e o volume de vendas.

Também, no caso britânico, Abramovay (1992, p. 165, 166) cita uma definição que Gasson *et al.* colocam. Para esses autores o que se denomina estabelecimento familiar depende de três características que são: membros relacionados por algum tipo

de parentesco (incluindo o casamento); a própria propriedade é gerenciada pelos membros da família, e; o controle é passado por meio de herança, fazendo com que a propriedade permaneça em posse dos filhos e netos.

Na concepção de Abramovay (1992) não se pode estabelecer relação entre agricultura familiar e produção camponesa ou pequena produção. Para ele o agricultor familiar tem a capacidade de se integrar a outros mercados, além de absorver a inovação em sua produção. Ainda, ratificando o que foi exposto, o autor compreende o papel do Estado como um fator decisivo para o desenvolvimento da agricultura contemporânea. Ou seja, as políticas públicas acabam por influenciar a formação desses estabelecimentos familiares assegurando a sua permanência no meio rural com controle de preços, financiamentos e geração de demanda.

Para manter esses agricultores no campo existem políticas que asseguram o desempenho da agricultura familiar para geração de alimentos como o Programa de Aquisição de Alimentos, que compra a preço de mercado a produção agrícola para escolas públicas. Também há assistência e financiamento – para propriedades familiares registradas – através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF, que visa alcançar esse tipo de estabelecimento agrícola.

O agricultor familiar pode ser definido, com base nos autores estudados até aqui, como um agente social. Existe uma tradição – na forma familiar de gerenciar a propriedade e na resistência em permanecer no campo – inerente à agricultura familiar. Contudo, com a modernização do âmbito rural, o agricultor familiar passa a produzir integrado ao mercado de forma mais técnica – resultado da influência do Estado – transformando o trabalho de agricultor em profissão, diferente do camponês que tinha no campesinato uma forma de vida, em que produzir e consumir dependia somente do próprio esforço.

Já definidos o conceito de agricultura familiar e, diferenciando do camponês e as suas respectivas previsões entre os clássicos marxistas da questão agrária, é de fundamental importância traçar, no segundo capítulo, a evolução da economia cafeeira, desde a sua ascensão no Brasil até a crise que atingiu o setor e provocou mudanças significativas na economia do país, para, finalmente, identificar os limites e possibilidades da cafeicultura familiar no município que será alcançado por esta pesquisa. Será evidenciada, também, a importância do café para a atração de investimento em infraestrutura, geração de capital e as mudanças no meio rural brasileiro.

CAPÍTULO 2 ECONOMIA CAFEIEIRA NO BRASIL: EVOLUÇÃO, PARTICULARIDADES E ATUAIS TENDÊNCIAS PARA A CAFEICULTURA FAMILIAR.

A importância do café para a economia brasileira vai ainda muito além dos efeitos que provoca na Balança Comercial, tornando necessária maior atenção à sua evolução histórica e ao estudo do seu ciclo produtivo. Dentre outros aspectos, o que torna o tema tão relevante se deve ao fato de que, como afirma Silva (1995), em regiões onde as primeiras plantações foram instaladas, com participação mais acentuada durante o período do Primeiro Reinado, a partir dos anos de 1820, puderam-se observar investimentos em infraestrutura e, ainda, o acúmulo de capital gerado pela cultura do café, que mais tarde iria financiar a indústria local.

Segundo Bacha (2004), a economia cafeeira, que passa a ser desenvolvida no país a partir do século XIX, aumentou o nível de exportações e se tornou a primeira grande cultura brasileira que visava o crescimento da economia nacional, desenvolvendo uma forte burguesia comercial. Assim, a cultura do café chega ao Brasil em um contexto internacional da Revolução Industrial, no século XIX, período de decadência do monopólio comercial português, com a independência política do Brasil no ano de 1822, e mudanças importantes dentro do sistema de produção, como a passagem da mão-de-obra escrava para a assalariada, tirando os camponeses da terra e inserindo o trabalho assalariado dos imigrantes nas grandes propriedades.

O estudo apresentado na próxima seção, acerca da evolução da economia cafeeira no Brasil, é de grande relevância para esta pesquisa dada as mudanças que a cultura do café provocou na formação do sistema agrícola brasileiro, a partir do século XIX, sua influência na produção familiar nos séculos seguintes e na inserção mais acentuada das relações capitalistas no Brasil. Ainda, o ciclo produtivo do café será explanado com o objetivo de traçar os limites e possibilidades da agricultura familiar na produção de café no século XXI.

2.1 Evolução da economia do café no Brasil

A história do café começa na Etiópia, África, lugar de onde é oriunda a planta, e sua expansão pelo mundo começa, passando pela Arábia, Egito, Constantinopla, já em 1554, em Veneza, pela primeira vez em 1624, alcançando a França em 1659 (DUTRA

NETO, 2004). A partir da sua entrada na Europa, quando chegou à Itália, o café se expandiu para outras partes do mundo, como a América, chegando primeiro em Suriname – antiga Guiana Holandesa, em 1714, pelas mãos dos holandeses –, de onde viriam as primeiras mudas para o Brasil, como afirma Dutra Neto

O café chegou ao Brasil em 1727, através de sementes trazidas pelo sargento-mor Francisco de Mello Palheta da Guiana Holandesa, hoje Suriname, e plantadas no Belém do Pará. Depois de um ano foi para o Maranhão, em 1770, chegou a Bahia e, em 1774 ao Rio de Janeiro, levado pelo desembargador João Alberto Castelo Branco, que trouxe consigo duas mudas, as quais foram plantadas na chácara do Convento dos Frades Barbadinhos e daí foi levado para regiões que hoje são os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. (DUTRA NETO, 2004, P. 39).

Logo, as primeiras mudas de café, vindas do Suriname, chegaram ao Brasil pelo Belém do Pará e foram levadas para as regiões que, a partir de 1790, começariam o plantio comercial – ainda sem grande destaque no mercado internacional. Contudo, durante a década de 1820, no Brasil, o café passou a se destacar com participação de 18% nas exportações e, até a década de 1860, se tornou o maior produtor mundial com mais de 45% da produção internacional (DUTRA NETO, 2004).

Segundo Bacha (2004), entre os anos de 1810 e 1870, observou-se uma fase de expansão da produção cafeeira no Vale da Paraíba, tornando o Rio de Janeiro o principal estado cafeeiro do Brasil.

Essa fase foi possível, na concepção de Albuquerque e Nicol (apud BACHA, 2004), em virtude das ótimas condições edafoclimáticas da região, do aumento da demanda mundial – principalmente nos Estado Unidos e Europa –, da chegada da Corte portuguesa no Rio de Janeiro e da decadência da mineração na região de Minas Gerais, ofertando para a cafeicultura mais mão-de-obra escrava, que anos depois se tornou um problema, como infere Bacha

Há de se destacar que a atividade cafeeira, durante os períodos colonial e imperial (até 1870), expandiu-se baseada no binômio latifúndio-escravatura. Essa dependência da mão-de-obra escrava prejudicou a lavoura cafeeira fluminense a partir de 1850. A escassez de escravos e o conseqüente alto valor do capital investido nesse ativo encareciam a produção de café. (BACHA, 2004, p. 112).

A dependência da mão-de-obra escrava, para produzir o café brasileiro, começa a se tornar um problema quando a Grã-Bretanha exige que o tráfico de escravos vindos da África acabe. Entre outras leis e acordos que serviram para acabar com o tráfico destacam-se duas, que foram decisivas para a quase extinção da escravidão: em 1845 o

parlamento inglês autorizou aos seus navios da marinha a fiscalizarem e prenderem qualquer navio que participasse do tráfico de escravos, e, em 1851, a Lei Euzébio de Queiróz, criada pelo Brasil, faz a efetiva interdição do tráfico. (SILVA, 1995).

Então, como colocam Bacha (2004) e Silva (1995), com a escassez de mão-de-obra, tornou-se difícil encontrar trabalhadores. Onde não existia produção com uso de escravos, existiam os latifúndios em que camponeses eram ligados à terra, utilizando-a para a sua subsistência e de maneira muito precária.

Silva (1995) afirma que os camponeses não eram considerados, pelos fazendeiros latifundiários, a mão-de-obra adequada para o trabalho nas plantações de café por desenvolveram agricultura apenas para subsistência, o que culminou na sua saída dos grandes latifúndios.

Logo, com a necessidade de trabalhadores, os produtores de café começaram a trazer imigrantes como parceiros, através de uma relação em que o Estado financiava os custos com a viagem e instalação no país, enquanto os imigrantes deveriam gerar renda com o trabalho que iriam desenvolver na produção de café (SILVA, 1995).

O problema neste sistema, era a forma como eram tratados os imigrantes, em um regime semelhante à escravidão, levando a um patamar, segundo Silva, em que,

Certos governos chegaram até a interditar a imigração para o Brasil. Foram necessários mais de 10 anos para que os fazendeiros de café, obrigados pelas exigências da acumulação de capital, se decidissem a abandonar seus métodos pré-capitalistas e oferecer aos trabalhadores condições de trabalho baseados em contratos salariais, facilitando assim a imigração. (SILVA, 1995, p. 38).

Com essa afirmação de Silva (1995) é possível perceber como o café ajudou a modificar as relações pré-capitalistas, trazendo o ideal do capital de forma intensa para o país. Foi necessário, para a formação do capital no Brasil, um mercado de trabalho formado por imigrantes, que anos depois, no século XX, se formaria para a indústria também. São Paulo foi a região que se destacou na busca por imigrantes, o que ajudou a desenvolver, nos anos seguintes, o centro da economia cafeeira no Brasil.

Segundo Bacha (2004), a partir da década de 1870, o centro dinâmico do café migra para a região de São Paulo. Esse processo é consequência da escassez de fatores de produção, como a mão-de-obra –, pois não mais havia oferta grande de escravos, tornando-os mais caros, logo, encarecendo também o preço do café – e, terras para a plantação, no Rio de Janeiro.

Essas dificuldades foram transpassadas na região paulista, pelo fato de existir outro tipo de economia agrícola na região, em parte pelo financiamento do Estado da chegada de imigrantes como alternativa para a mão-de-obra, além do investimento em canais de escoamento da produção, como coloca Bacha

Do outro lado, as causas da expansão mais acelerada da cafeicultura em São Paulo foram: transferência de capitais da lavoura de cana-de-açúcar para a lavoura cafeeira (essa transferência se fez sob a forma de terra e escravos); maior rentabilidade da cafeicultura em relação à cultura da cana-de-açúcar; ampliação da malha ferroviária, principalmente com o término da ferrovia Santos-Jundiaí em 1867 e a construção de ferrovias a ela interligadas (foi importante a simbiose entre cafeicultura e expansão ferroviária); uso de mão-de-obra assalariada (fugindo do problema do elevado valor do capital investido na compra de escravos e a escassez desse ativo); e boas condições edafoclimáticas [...] associadas à disponibilidade abundante de terras. (BACHA, 2004, p. 113).

A abundância de terras no oeste paulista, segundo Bacha (2004), que eram boas para o cultivo do café e não existiam no Rio de Janeiro, foi um fator que influenciou na mudança do centro dinâmico da cultura cafeeira. Ainda, dentre esses fatores, o uso da mão-de-obra assalariada foi importante para não encarecer o valor final do café, pois o preço do escravo era muito alto, e gerou também outros benefícios, como também Silva afirma que

Ao subir os planaltos de São Paulo, as plantações abandonam o trabalho escravo pelo trabalho assalariado. Com o trabalho assalariado, a produção cafeeira conhece a mecanização (pelo menos uma mecanização parcial ao nível das operações de beneficiamento do café). [...] Finalmente, o financiamento e a comercialização de uma produção que atinge milhões de sacas implica o desenvolvimento de um sistema comercial relativamente avançado, formado por casas de exportação e uma rede bancária. (SILVA, 1995, p. 44).

Devido ao fato de fazer em uso do trabalho imigrante assalariado, era necessário, que os donos das plantações cafeeiras procurassem formas de aumentar a rentabilidade, o que levou a algum incremento em parte do processo de produção, contudo já representava uma característica do capitalismo que é de promover o avanço buscando ampliar os lucros produzindo mais e/ou com menores custos.

O desenvolvimento da cultura cafeeira na região paulista também provocou o desenvolvimento de outras atividades. O preço do café era alto, consequência do aumento da demanda mundial, cuja oferta não a acompanhava, além de problemas nas lavouras de outros países, entre os anos de 1870 e 1896.

Logo, havia atração de cafeicultores para esse segmento, gerando um mercado consumidor interno para outras atividades. A renda na economia cresceu consideravelmente no Brasil e o café passou a ser a principal fonte de receita brasileira, mesmo que sem ajuda do governo – que incentivava outras atividades agrícolas em uma tentativa de evitar a monocultura –, se limitando à cobrança fiscal e propaganda do café brasileiro no exterior (BACHA, 2004).

A intervenção do governo brasileiro na cafeicultura só se tornou mais intensa durante o período de 1897 a 1929, quando houve a expansão descontrolada da produção do café, gerando uma crise na economia.

O aumento excessivo do número de plantações cafeeiras foi consequência da atração que o preço do café no mercado nacional gerava. A desvalorização cambial, desencadeada pela inflação no âmbito interno, provocava aumentos de preços maiores, quando a cotação era em moeda nacional, do que os aumentos que ocorriam quando a cotação era em moeda estrangeira. Esse fato desencadeou a expansão desordenada da produção brasileira, levando a crises de superprodução a partir de 1906.

Assim, o governo brasileiro começou a intervir na comercialização passando a controlar a entrada de café nos portos de forma mais intensa. Além disso, comprava o excedente produzido e revendia quando a produção fosse menor ou houvesse melhor oportunidade de venda no mercado internacional.

Esta era uma ação estatal que impedia prejuízos maiores para os produtores, visto que garantia um preço mínimo à produção. Ainda, um conjunto de ações, parceria entre os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, em 1906, conhecido como Convênio de Taubaté, criou uma Caixa de Conversão que tinha o objetivo de manter a estabilidade da moeda nacional. Estes estados ainda deveriam incentivar o consumo de café em âmbito nacional e internacional e desestimular a ampliação de novas plantações cafeeiras (BACHA, 2004).

Nos primeiros anos essas ações se mostraram efetivas, gerando até mesmo receita para o país. Em 1917, quando ocorreu novamente uma safra muito grande, o estado de São Paulo, com dinheiro do Governo Federal, comprou 3,1 milhões de sacas de café, vendendo entre os anos de 1918 e 1920, quando a produção foi menor, consequência de uma geada que ocorreu em 1918.

Bacha, em sua análise sobre a influência da cafeicultura na economia brasileira, infere que,

[...] a agropecuária possui seis funções básicas no processo de desenvolvimento econômico, que são: fornecer alimentos para a população, ser fonte de capitais, gerar divisas (moeda estrangeira), formar mercado consumidor para produtos não agrícolas, fornecer mão-de-obra para a diversificação da economia e fornecer matéria-prima para a indústria.

Dessas funções, a cafeicultura só não conseguiu ser uma fornecedora de alimentos para a população e de matérias-primas para a indústria, exercendo as demais funções em épocas distintas (BACHA, 2005, p. 119).

Assim, por meio da produção cafeeira, foi possível criar de forma indireta investimentos em infraestrutura para o país e, de forma direta, houve transferência da renda auferida com o café para outros âmbitos da economia, como o sistema bancário e, anos depois, para a indústria. Ainda, o setor cafeeiro conseguiu gerar divisas estrangeiras, seja por meio de exportação, ou pelas políticas desenvolvidas como a compra do excedente – com empréstimos estrangeiros – da produção e sua venda entre 1918 e 1920, gerando, segundo Bacha (2004), quatro milhões de libras esterlinas, lucro dividido entre São Paulo e o Governo Federal.

Bacha (2004) faz uma análise da evolução da economia do café no Brasil, dividindo-a em quatro fases. Durante essas fases, em períodos diferentes, ele tenta demonstrar como o café foi capaz de realizar algumas das funções que, segundo o autor, são inerentes à agricultura, entre elas ser geradora de divisas, formar um mercado consumidor e fornecer alimentos e matérias-primas para a indústria.

Silva (1995) afirma que a autonomia que a Constituição de 1889 trouxe aos governos dos Estados no sentido de fixar impostos sobre exportações e tomar empréstimos no âmbito estrangeiro, com o objetivo de comprar essa produção, promoveu o financiamento de diversos bancos que entendiam como uma boa oportunidade se inserirem no mercado brasileiro.

Assim, além de prover infraestrutura e capital estrangeiro para o advento da indústria no Brasil, a economia cafeeira também proveu mercado consumidor para outros setores como os serviços bancário e marítimo, cuja estrutura era utilizada para a exportação do café e a chegada de imigrantes. Também, com os efeitos da ampliação do número de propriedades cafeeicultoras, em um primeiro momento, atraiu-se mão-de-obra para a produção de café. Com a expansão desordenada das propriedades de café, e a superprodução, a mão-de-obra se deslocou para a cidade.

Silva (1995) coloca a relevância do capital gerado pelo café na formação da indústria, a evolução da economia e as mudanças nas relações sociais que foram

desencadeadas pela economia cafeeira. A análise que o autor faz demonstrando não só o avanço econômico do país, mas também as modificações provocadas no âmbito social, pelo advento do capitalismo são relevantes.

No começo da década de 1930 a crise mundial dos países capitalistas fez com que o café brasileiro deixasse de ser importado levando a uma crise acentuada no país. Após a Revolução de 1930, no Brasil, a política do café passou a ser estipulada pela esfera federal e não mais estadual. Assim, foi criado o Departamento Nacional de Café, com o objetivo de trazer benefícios aos produtores, que durou até 1950. Em 1952 foi criado o Instituto Brasileiro de Café com o intuito de amparar e incentivar a produção e comercialização do grão, além de regular a oferta e compra do excedente (DUTRA NETO, 2004).

Assim, após a Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas a presidência do Brasil, até o ano de 1945, de acordo com Bacha (2004), foi um período de transição da agropecuária focada na produção de café para a diversificação agrícola e o começo da industrialização do Brasil.

O setor cafeeiro desempenhou um papel fundamental para a economia brasileira no século XIX e, mesmo com a forte crise de superprodução, no início do século XX, continuou como um importante produto de exportação. Ainda, trazendo o ideal capitalista para o Brasil, provocou mudanças significativas no meio urbano e nas relações estabelecidas no meio rural, a partir da modernização da agricultura – interdependente com a indústria local – processo que, posteriormente, engendraria a formação dos complexos agroindustriais⁸.

Para isso, é imprescindível que sejam expostas as mudanças que a economia cafeeira trouxe para o campo brasileiro, conforme poderá ser observado na próxima seção deste trabalho.

2.2 O capital cafeeiro e o novo paradigma da agricultura: o lugar da agricultura familiar no campo brasileiro

O café trouxe, em primeiro lugar, como influência para a mudança nas relações no campo brasileiro, o próprio comércio. A economia cafeeira atraía novas plantações,

⁸ A agricultura passa a ser dependente da indústria, principalmente com o surgimento da indústria processadora de gêneros agrícolas.

principalmente por ser um produto voltado para a exportação, ou seja, o objetivo de se plantar café era de vender a produção no mercado internacional.

Segundo Silva (1995), a formação do comércio internacional foi a condição histórica para a inserção das novas relações econômicas – as capitalistas – contudo, o desenvolvimento destas fez com que o comércio passasse a ser um aspecto dominado pelo próprio capital, ou seja,

Existe uma diferença fundamental entre um simples crescimento do comércio internacional – por mais importante que seja esse crescimento – e um crescimento dominado pelas exportações de capitais. Essa diferença está na própria natureza das relações econômicas internacionais; no fato que, na época em que as exportações de capitais tornam-se dominantes, o desenvolvimento da produção capitalista realiza-se em escala mundial. [...] o capital não se limita mais, ao nível internacional, à troca de produtos; ele se apropria da própria produção ao nível mundial. A partir desse momento, o desenvolvimento do comércio internacional torna-se apenas uma parte (aspecto subordinado) do desenvolvimento capitalista (da produção capitalista) em escala internacional. (SILVA, 1995, p. 24-25).

A evolução do capitalismo modificou a concepção do produtor, subordinando a produção a um ideal de acumulação. A lógica do capital é de que a produção deve gerar o máximo de rentabilidade, buscando sempre a sua ampliação a menores custos, mesmo que em detrimento de outros fatores importantes, e conseqüentemente provocando mudanças nas relações sociais.

Assim, a evolução da economia cafeeira, trouxe consigo mudanças significativas, desenvolvendo o sistema comercial e financeiro, e gerando capital para financiar a indústria nascente, procurando sempre a exportação de capitais.

Não obstante, a expansão da economia do café também levou para o meio rural brasileiro as conseqüências de uma concepção de busca deturpada pelo lucro, por meio da modernização da produção e da redução do camponês ao status de simples força de trabalho. Do ponto de vista de Dutra Neto,

Um dos grandes problemas da modernização da agricultura brasileira é que, desde o seu início, foi centrada em uma política que não atendia a uma ética de exploração dentro de uma filosofia de sustentabilidade, pois o modelo aplicado precedia em atender prioritariamente a uma demanda do mercado internacional [...].

Não demorou muito para que esse modelo mostrasse suas facetas: a exclusão social, aumento da pobreza, degradação dos recursos naturais e, mais, o esgotamento do solo (DUTRA NETO, 2004, p. 51).

Logo, o que foi discutido no primeiro capítulo deste trabalho sobre a concepção de Marx acerca do fim do campesinato, que daria lugar à propriedade agrária

modernizada, parecia ser uma lógica inevitável, visão que parece se confirmar quando as relações capitalistas se acentuam em novas regiões, como aconteceu no Brasil, com a chegada do café, em que

Aquele que poderíamos chamar de o camponês brasileiro devia assegurar ele próprio a sua subsistência, explorando por seus meios as terras que lhe eram concedidas pelo latifundiário. Em contrapartida, devia trabalhar para o latifundiário, recebendo por esses trabalhos uma retribuição mínima e, em geral, *in natura* [...]

Não é senão com o desenvolvimento da agricultura comercial e na medida em que esse desenvolvimento conduz o latifundiário a retomar (no todo ou em parte) as terras que os camponeses exploram eles próprios, que esses trabalhadores serão levados a abandonar os latifúndios. (SILVA, 1995, p. 36).

Assim, a economia cafeeira passou a se desenvolver dominada pelo capital, numa lógica em que as terras foram compradas pelos produtores latifundiários, sem qualquer preocupação com os camponeses que praticavam uma agricultura de subsistência. A questão é ainda mais complexa por que, como afirma Silva (1995), não era apenas a aquisição da terra para a própria plantação, mas também para que os imigrantes não pudessem ter qualquer facilidade no acesso a estas áreas, dando segurança aos grandes fundiários capitalistas, de que teriam mão-de-obra para suas propriedades.

O capital passou, então, a dominar as relações no âmbito social e econômico. A concepção de Kageyama (2005) ratifica esse movimento que a economia fez, na metade do século XIX e início do século XX, para dar atenção ao produto que apresentava maior preço no mercado internacional e a consequência de uma eventual desvalorização do produto para a economia nacional

Havia geralmente apenas um produto de valor comercial em todo o circuito produtivo: era o produto destinado ao mercado externo. Se seu preço estivesse “bom”, os recursos da fazenda (homens, animais de trabalho, terras) eram alocados de modo a incrementar a produção de exportação. Se o preço no mercado internacional caísse, esses recursos eram deslocados para as atividades internas, destinados basicamente à subsistência da força de trabalho e à reprodução das condições materiais da unidade produtiva. (KAGEYAMA, 2005, p. 116)

Silva (1995) e Kageyama (2005) mostram que o capitalismo chegou ao campo brasileiro com o complexo cafeeiro e, de fato, modificou as relações, inserindo a produção rural na lógica do comércio internacional. Mudanças no sistema aconteceram obedecendo à lógica capitalista: a extinção da escravidão e a passagem para o trabalho livre; crescimento do comércio; ampliação do sistema bancário, etc.

Algumas dessas transformações trouxeram consequências como: compra e utilização das terras para a produção, atendendo à conveniência da burguesia rural; expulsão do camponês e sua substituição pelo trabalhador rural assalariado – imigrantes – em situações críticas de sobrevivência; e, uso de inovações sem maiores preocupações com a sustentabilidade do meio inserido. (DUTRA NETO, 2004)

Analisando o quadro de modificações que o campo brasileiro sofreu a partir do processo de modernização do complexo cafeeiro, nota-se o desenvolvimento de outras culturas (para suprir o mercado interno que a própria economia do café gerou), não obstante o capital cafeeiro ter impulsionado o desenvolvimento do meio urbano, sendo o financiador de infraestrutura e da indústria nascente. Ou seja, a ascensão do café no Brasil, passou, com o tempo, a desempenhar o papel conjunto de capital agrário, capital industrial, capital bancário e capital comercial que exerceram diversas funções na economia brasileira (SILVA, 1995, p. 54).

Existem então, alguns aspectos relevantes para entender a lógica da agricultura brasileira bem como a forma como se desenvolveu a agricultura familiar nesse contexto. Em primeiro lugar, o capital cafeeiro, durante o período de 1890 a 1930, influenciou a ampliação de outros setores, como a produção – mesmo que artesanal – de maquinário e manutenção, além de equipamentos para o cultivo e, também, o surgimento da indústria têxtil, a primeira, de fato, nacional nesse período (KAGEYAMA, 2005).

Nesse sentido, o meio rural começou a ter acesso a máquinas e inovações, possibilitando o surgimento da agroindústria. No meio urbano surgiu a primeira indústria – têxtil – que culminaria, mais tarde, na industrialização acentuada do Brasil a partir de 1955. Assim, o setor agrícola deixou de ser o centro da economia e passou este papel para a indústria. Contudo, como consequência da interação entre o capital cafeeiro e industrial, a agricultura também foi influenciada, de forma que,

Ao longo desses 30 anos, o processo de industrialização que a princípio ocupou uma brecha aberta pelo complexo cafeeiro, ganha dinamismo próprio dado pelas novas possibilidades que se abriram com a substituição de importações, deslocando o setor agrícola como pólo dinâmico da economia. Apesar disso, o setor agrícola – e particularmente o complexo cafeeiro – continuou desempenhando um papel fundamental, quer através de transferências financeiras quer viabilizando a importação de bens de capital e insumos para a indústria em expansão.

Uma vez consolidada a indústria nacional, o que ocorreu com a plena formação de mercados nacionais para produtos agrícolas e para a força de trabalho e, principalmente, com a constituição da indústria de base, a agricultura brasileira iniciou sua própria industrialização. (KAGEYAMA, 2005, p. 118).

Como afirma Kageyama (2005), a integração dos mercados que se consolidou durante esses 30 anos, período referente aos anos entre a década de 1930 e a década de 1960, foi fundamental para a industrialização brasileira. A partir, então, da década de 1960, com a consolidação da indústria, é que a agricultura começou um processo de industrialização com a importação de tratores e das inovações na área de fertilizantes. Logo, o setor agrícola passou a ser interdependente de outros setores, consumindo o que é produzido em outras áreas da economia, ou seja, comprando para produzir.

Com essa dependência entre os setores agrícola e industrial a agricultura se tornou um setor que passou a comprar e vender insumos e matérias-primas para outros ramos da economia, ligação essa que iria desencadear a formação dos complexos agroindustriais.

Essa ligação entre os setores se deu por uma lógica maior que a simples comercialização entre esses âmbitos: para a realização de compra de equipamentos e maquinário modernos é imprescindível o financiamento por meio de instituições financeiras; há dependência de uma política cambial, no caso dos importados, e; o Estado deve ter políticas de equilíbrio nos preços.

Assim, com a dependência intersetores para promover a consolidação dos complexos agroindustriais não existia mais a opção de se regredir no padrão e velocidade de produção agrícola, pois era preciso acompanhar os outros setores industrializados, exigindo sempre mais avanços e trabalhadores qualificados, e acentuando as mudanças sociais, em que

Do ponto de vista do trabalho, isto se mostra de maneira clara na agricultura brasileira a partir da metade da década de 60, com a formação de um setor de assalariados rurais em substituição às formas antigas de relações familiares e dependência pessoal. Esse assalariados, além de se diferenciarem pelo aspecto formal da relação assalariada, estão inseridos no processo produtivo de forma distinta dos antigos colonos, parceiros etc. [...] É o caráter social e irreversível da industrialização da agricultura que permite a criação de um verdadeiro proletariado rural, estreitando-se a possibilidade de reprodução de formas independentes da pequena produção ou de formas em que o trabalhador mantém o controle do processo de trabalho. Em outras palavras, a industrialização da agricultura determina a passagem da subordinação indireta para a subordinação direta do trabalho ao capital (KAGEYAMA, 2005, p. 126).

Logo, a pequena propriedade encontrava dificuldades de sobrevivência, resultado da modernização irreversível da agricultura, desencadeada pela relação de

interdependência com o setor industrial. Kageyama (2005) afirma, ainda, que essa industrialização agrícola passou a subordinar o trabalho ao capital de forma direta.

Durante o período que se seguiu pós o início da industrialização da agricultura – a partir da década de 1960 – as indústrias ligadas diretamente a esse setor começaram a se estabelecer no país, aliadas a ações do governo para desenvolver essa área por meio de políticas fiscais e transferência de capital. As indústrias de fertilizantes, de defensivos e de maquinário se desenvolveram no Brasil, em conjunto com a própria modernização da produção agrícola.

O que deve ser levado em conta quando se fala dos Complexos Agroindustriais é a forma como foi feita a política do governo, durante as décadas de 1970 e 1980 e primeira metade da década 1990, para desenvolver este setor e a indústria a ele relacionada.

Os financiamentos que foram concedidos, nesse período, se destinaram aos grandes latifundiários capitalistas, especuladores e agroindústrias. Não houve preocupação em financiar os pequenos agricultores, ou seja, os recursos eram repassados negligenciando o âmbito social. A linha de atuação do crédito rural então favoreceu em sua grande maioria os grandes produtores, e desencadeou a ampliação da desigualdade social no campo marginalizando o pequeno agricultor.

Logo, o favorecimento característico da política de crédito – cedido prioritariamente para os grandes empreendedores – gerou desigualdades, pois resultou no acúmulo de riqueza e terras para os grandes latifundiários, desemprego para a população rural e dificuldades para os pequenos produtores, além do desgaste ambiental provocado pelas inovações na área de fertilizantes e defensivos químicos, usando o solo de forma irresponsável.

Couto Filho (2007) fez uma análise acerca das consequências desencadeadas por esse período de progresso técnico e modernização da agricultura voltada para maior geração de lucro

Parece existir um consenso entre os especialistas quanto ao presente do paradigma produtivista, baseado na Revolução Verde: ele está em crise. E esta pode ser explicada por dois fatores muito correlacionados: os impactos socioambientais, com as consequentes quedas de produtividade e as mudanças nos pontos de sustentação do paradigma em questão (COUTO FILHO, 2007, p. 30).

Couto Filho (2007) coloca uma questão fundamental que é o problema da diminuição de produtividade como resultado da erosão do solo, que acontece com o

método utilizado para o seu preparo, principalmente nos casos onde existe monocultura. O outro aspecto colocado pelo autor concerne à questão de mudança na base do paradigma, que ocorre por pressões externas, no caso dos ambientalistas, e do próprio consumidor, que tem exigido um padrão de qualidade maior, com produtos agrícolas livres de agrotóxicos e com maior valor nutricional.

Mediante as preocupações com o ambiente, surgem novas exigências do consumidor bem como dificuldades para se produzir no sistema atual e,

Para muitos autores, considerando-se a crise do paradigma produtivista, é necessário se estimular e se pensar um modelo agrícola alternativo, socialmente correto, ecologicamente equilibrado e não dependente de combustíveis fósseis que, levando em conta as especificidades das condições de produção agrícola para diferentes climas, permita conciliar uma agricultura mais equilibrada com a realidade socioeconômica e cultural de cada país (COUTO FILHO, 2007, p. 40).

Surge, então, a discussão sobre a viabilidade da agricultura familiar. O estabelecimento familiar pode dar atenção às especificidades da região em que se insere, observando as questões sociais que foram negligenciadas durante o período de modernização da agricultura, como os aspectos sociais e ambientais. Segundo Ferreira *et al* (2001) existe um quadro melhor para o agricultor dentro do ambiente familiar.

Da observação dos dados de qualidade de vida dos estados e municípios brasileiros consubstanciados no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e da sua comparação aos seus respectivos perfis socioeconômicos, pode-se concluir que aqueles que apresentam os piores IDH são os que, “grosso modo”, caracterizam-se tanto pela ruralidade quanto pela prevalência de estruturas socioeconômicas e fundiárias mais iníquas. As exceções a esse padrão apresentam estruturas agrárias mais equânimes, nas quais predominam os estabelecimentos agropecuários familiares (FERREIRA *et al*, 2001, p. 488).

Ou seja, onde predomina a agricultura familiar existe mais propensão a uma situação melhor que outros tipos de configurações fundiárias encontrados no campo brasileiro. A família inserida na produção, pode se manter no campo por meio de outras opções que não precisam ser necessariamente agrícolas no que é denominado pluriatividade e será conceituado na próxima seção deste trabalho.

Há, portanto, que se considerar a viabilidade da produção familiar como alternativa para redução da desigualdade social. Também, esse tipo de produção tem, dentro dos países capitalistas desenvolvidos, irrefutável importância, pois “é

fundamentalmente sobre a base de unidades familiares de produção que se constituiu a imensa prosperidade que marca a produção de alimentos e fibras nas nações mais desenvolvidas” (ABRAMOVAY, 1992, p. 19).

No Brasil, apenas a partir da segunda metade da década de 1990, em 1995, é criado o PRONAF, com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar. Visando, a princípio, o financiamento da produção familiar, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar iniciou-se com programas para capacitação e profissionalização, negociação de políticas e serviços em parceria com os municípios.

O PRONAF foi evoluindo à medida que era influenciado por movimentos sociais. Visando um maior alcance dos agricultores familiares, foi concebido o PRONAF-B, que foi,

Criado em 2000 no âmbito do Pronaf para combater a pobreza rural, o Microcrédito Rural (também conhecido como Grupo B do Pronaf) é estratégico para os agricultores familiares pobres, pois valoriza o potencial produtivo deste público e permite estruturar e diversificar a unidade produtiva. Pode financiar atividades agrícolas e não agrícolas geradoras de renda. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2013).

Também, outra política criada com o intuito ser um bom auxílio para os agricultores familiares, enquanto mecanismo que assegura a demanda para a produção agrícola a preços de mercado, é o Programa de Aquisição de Alimentos. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento,

O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - é um instrumento de estruturação do desenvolvimento da agricultura familiar, acionado após a etapa final do processo produtivo, no momento da comercialização, quando o esforço do pequeno produtor precisa ser recompensado com recursos que remunerem o investimento e a mão-de-obra e lhe permita reinvestir e custear as despesas de sobrevivência de sua família. Considerado como uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero, o PAA constitui-se em mecanismo complementar ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF). (CONAB, 2013).

O PAA deve ser um complemento do PRONAF – que serve como financiamento para os agricultores familiares – fazendo com que o produtor tenha como vender sua produção e tenha ganhos reais.

Assim, no Brasil, os programas e a criação de políticas em benefício do agricultor familiar são recentes, mas o país já reconhece a relevância deste segmento para cumprir as novas funções que a agricultura deve desempenhar no atual contexto.

O estudo das mudanças que o café trouxe para o país, com a inserção da lógica de acumulação, até as modificações no meio rural, no período entre 1970 e 1990, que desencadearam a necessidade de investimento na agricultura familiar, é fundamental para entender a situação em que se encontram os produtores de café em Barra do Choça, na Bahia, e quais são as suas perspectivas diante das políticas e incentivo à produção e comercialização deste produto. Contudo, antes de passar a esta discussão é necessário pontuar alguns aspectos acerca das definições de pluriatividade e multifuncionalidade.

2.3 As transformações no campo e a nova dinâmica da cafeicultura familiar

Para garantir a permanência no meio rural, os agricultores familiares encontram formas alternativas de obter renda extra com atividades não agrícolas, mesmo que fora do estabelecimento, ao mesmo tempo em que mantém a produção agrícola. Assim, segundo Schneider,

[...] a pluriatividade que ocorre no meio rural refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de pelo menos duas atividades, sendo uma delas a agricultura. Estas atividades são exercidas por indivíduos que pertencem a um grupo doméstico ligado por laços de parentesco e consanguinidade (filiação) entre si, podendo a ele pertencer, eventualmente, outros membros não consanguíneos (adoção), que compartilham entre si um mesmo espaço de moradia e trabalho (não necessariamente em um mesmo alojamento ou habitação) e se identificam como uma família. (SCHNEIDER, 2009, p. 3).

A atividade agrícola no âmbito familiar já pressupõe uma série de atividades que são desempenhadas pelos membros da família. O fato de a propriedade ser menor, e, por ser familiar, a produção não é feita em larga escala e o produtor pode se dedicar a outras atividades em tempo parcial.

Na concepção de Silva (1997), a pluriatividade seria a combinação entre as atividades agrícolas e o mercado de trabalho temporário, como agroindústrias, ou ainda, relacionadas ao setor de serviços.

Schneider (2009) e Silva (1997) têm consciência da relevância da pluriatividade no campo. O primeiro autor entende que a pluriatividade é uma estratégia da família para sua reprodução social, contudo a família não é pluriativa por algum membro individualmente, obter renda de outras formas.

A pluriatividade no campo deve se ater àquelas famílias que buscam desenvolver as duas atividades, uma agrícola e outra não agrícola. A ideia é que a

pluriatividade seja a realização dessas atividades de forma permanente e não como renda extra que se obtém esporadicamente.

Uma importante questão que deve ser explicitada é a concepção de Schneider (2009) que tem a pluriatividade aparecendo concomitantemente como a interação entre as famílias dos agricultores familiares e o mercado.

Este processo pode ocorrer tanto naquelas situações em que os agricultores já estiverem inseridos em mercados de produtos, bens e serviços ou em outros onde a integração produtiva é muito incipiente e a venda da força de trabalho passa a ser a principal mercadoria de troca dos agricultores com o mercado. Isto significa, primeiro, que este processo promove e aprofunda a inserção dos agricultores familiares aos circuitos mercantis e; segundo, que esta inserção ocorre a partir das características previamente existentes nos territórios, podendo se dar concomitantemente em mercados de produtos (nas situações em que vigora o sistema de integração agroindustrial, por exemplo) e de trabalho (através da venda da força de trabalho). (SCHNEIDER, 2009, p. 6).

Logo, a pluriatividade pode aprofundar a interação entre o mercado e os agricultores familiares e, segundo o autor, pode ser uma forma de autonomia para os produtores.

Nascimento (2008) afirma que é possível perceber no meio rural, que famílias pluriativas geralmente ganham melhores rendimentos que as famílias exercendo atividades estritamente agrárias. O autor coloca também a relevância social da pluriatividade, pois, esta impede os fluxos migratórios do campo para as cidades, fazendo decrescer tanto os níveis de desocupação do campo quanto a superpopulação nos centros urbanos – que geram desemprego, aumento da pobreza e marginalidade.

A pluriatividade é encontrada, segundo Nascimento (2008), em diversas regiões, entretanto observando-se a especificidade que cada uma possui e a implementação de projetos que incentivem esse sistema deve ser resultado de políticas governamentais, como ocorreu na Europa, quando

O crescimento continuado de casos de famílias rurais que conciliam atividades agrícolas com atividades não-agrícolas na UE deve-se ao aspecto central da sua Política Agrícola Comum (PAC), que, ao longo de toda a sua história, logrou preservar numerosas explorações agrícolas, as quais sem a PAC – ou seja, em um ambiente de mercado concorrencial – teriam sido aniquiladas há tempos pela penetração do capitalismo nas áreas rurais da Comunidade. (NASCIMENTO, 2008, p. 35).

O que Nascimento (2008) coloca de forma bastante pertinente é a responsabilidade do governo em promover e proteger a agricultura familiar com o incentivo à permanência no meio rural através do desenvolvimento de outras atividades, além das agrícolas, em tempo parcial. Assim, o agricultor familiar passa a desempenhar outras funções, mudando a dinâmica da agricultura por ele praticada.

Silva (1997), também, em suas perspectivas acerca das mudanças ocorridas na agricultura, evidencia um tipo de agricultor que já é consolidado no meio rural dos países desenvolvidos e utiliza o termo usado *part-time farmer* significa agricultor em tempo parcial. Ou seja, é possível que agricultor permaneça no campo desenvolvendo a atividade agrícola em que já há prática e gerando renda também por meio de atividades não necessariamente agrícolas.

Com outras formas de gerar renda além da agrícola, a agricultura familiar passa a desempenhar um importante papel que é de impedir o êxodo rural. Em conjunto com essa importante função, somado ao debate acerca da crise do paradigma tecnológico no setor agrícola, surgem outras funções para o agricultor familiar que podem ser entendidas como serviços que incluem conservação ambiental, manutenção social e preservação da cultura.

Para Bonnal e Maluf (2009) a reprodução dessas funções pelo agricultor familiar é na verdade chamada multifuncionalidade, compreendida por ele como a interação entre o produtor familiar, a manutenção da natureza e a segurança alimentar.

Por família rural entende-se a unidade que se reproduz em regime de economia familiar e que desenvolve qualquer processo biológico sobre um pedaço de terra, “situada” num território com determinadas características socioeconômicas, culturais e ambientais. Nesses termos, amplia-se o universo de análise para além das unidades tidas como economicamente relevantes em função da produção que realizam, isto é, as unidades familiares rurais são consideradas em seu conjunto, independentemente do estatuto socioprofissional que lhes é atribuído. (BONNAL, 2009, p. 48).

As novas funções da agricultura, segundo Bonnal e Maluf (2009) são desempenhadas pelo agricultor familiar através da configuração por ele gerada do mesmo meio onde se insere.

O caso brasileiro, em que o sistema agrário foi predominantemente latifundiário e com poucos produtos voltados para atender o mercado externo, a multifuncionalidade já encontra um ambiente que insere o agricultor familiar na mesma

lógica de produção dos empresários capitalistas, contudo a agricultura familiar tem especificidades que podem ser viáveis ao exercício dessas novas funções.

Na produção de café pela agricultura familiar, já ocorre a pluriatividade – dado o tempo para se obter o grão para a venda e pela sazonalidade que existe nos preços – tornando a permanência dos agricultores familiares no campo, mais viável. Os produtores tem maior interatividade com o mercado, propiciando ganhos e melhor situação no campo.

Concernente às novas funções da agricultura, a produção de café pode encontrar alternativas para o desenvolvimento sustentável na agricultura familiar. O uso racional de adubos orgânicos, o reaproveitamento da água, e alternativas que contribuam para a não degradação do meio ambiente podem ser inseridas na produção familiar de forma mais veemente pela relação que esses agricultores já têm com a terra.

No terceiro capítulo será feita a caracterização do Planalto de Vitória da Conquista, no sudoeste da Bahia, região produtora onde está inserido o município de Barra do Choça e seu desenvolvimento histórico. A necessidade da caracterização e formação histórica da região são importantes para a compreensão do atual sistema agrário predominante no município. Serão analisados, também, os dados do município de Barra do Choça.

A situação social e econômica dos agricultores familiares e como é aplicada a lei e as políticas de fortalecimento da agricultura familiar – se condiz com a definição por ela estipulada – e as possibilidades que esses estabelecimentos possuem, serão refletidos a partir dos dados tabulados por meio de questionários aplicados entre os produtores da região.

Posto os aspectos que são importantes para entender as novas configurações do campo, é necessário observar as peculiaridades existente para produzir o café para, então, colocar a relação entre o novo contexto rural e a produção cafeeira em Barra do Choça.

2.3.1 Particularidades da cadeia produtiva do café

A cadeia de produção do café envolve especificidades que podem definir, dada a área e a tecnologia usada, a quantidade e qualidade do café produzido. O acesso aos fatores que envolvem o ciclo produtivo – desde a forma como é produzido, colhido,

preparado e comercializado – podem ser decisivos para se obter bons rendimentos ou para determinar se o produtor terá prejuízos.

Logo, a descrição do processo de produção do café até a sua comercialização é importante para entender os aspectos, dentro desse ciclo produtivo, que podem apresentar-se como dificuldades para o produtor rural, que, por sua vez, podem ser sanadas de acordo com as características específicas da estrutura produtiva local, pois, segundo Fernandes (2011),

A cadeia produtiva do café na Bahia, assim como em todo o Brasil, se caracteriza como um ambiente altamente competitivo, principalmente desde a desregulamentação da oferta internacional do produto, no início dos anos noventa. Por ser o café uma cultura perene, exigente quanto à imobilização de ativos (especialmente máquinas e equipamentos de beneficiamento) e com início da fase produtiva se dando apenas de dois a três anos após o plantio, a elasticidade de oferta é baixa, o que tende a magnificar as discrepâncias entre as menores cotações e os picos de preço, já que há um retardo entre a ocorrência de um estímulo ou desestímulo ao cultivo e sua expressão em termos de oferta do produto. (FERNANDES, 2011, p. 13).

Logo, dada a necessidade de ativos imobilizados para o melhor retorno somado a um ambiente competitivo que existe na Bahia e no Brasil, é importante entender como se dá cada fase de produção do café e sua influência na qualidade do produto, como Costa *et al* (2011) afirmam

Para a melhoria da produtividade e da qualidade do café, não basta apenas usar eficientemente os insumos, a mão de obra e os tratamentos culturais. É com uma colheita apropriada e gerenciamento das operações posteriores (transporte, separação, secagem, armazenamento e beneficiamento) que o cafeicultor garante qualidade próxima à obtida antes da colheita. (COSTA *et al*, 2011, p. 7).

Assim, o café pronto para ser comercializado pelo produtor, além de manejo específico no plantio e na colheita, passa por um rigoroso processamento pós-colheita, que constituem etapas essenciais à produção de cafés de qualidade superior.

Durante o processo de colheita do café são retiradas as impurezas, na etapa de pré-limpeza, que é importante para a qualidade final produto. Costa *et al* (2011) também afirmam que a abanação manual⁹, predominante no Brasil, não apresenta rendimento suficiente e devendo ser usado o lavador portátil¹⁰, o lavador maravilha¹¹ ou o lavador

⁹ Equipamento feito para separar o café das impurezas maiores.

¹⁰ Equipamento, usado para separar os grãos bons dos imperfeitos, que possui rodas, dando mobilidade.

mecânico – que são industrializados e são usados em grandes quantidades de café –, para garantir uma correta separação de impurezas no grão.

Após a limpeza do café é feito o seu processamento pode ser por via seca ou via úmida. Segundo Costa *et al* (2011), por via seca entende-se a secagem do café diretamente em terreiros, para secar de forma natural, ou secadores artificiais, sem a retirada da mucilagem – a polpa que reveste o grão e pode provocar a fermentação indesejada do produto. A via úmida é o processo em que o café já lavado passa por uma máquina chamada despoldador onde é levado por uma corrente de água e o fruto maduro é descascado. Por essa via é gerado o café com mais chances de ter maior qualidade, e, conseqüentemente, melhor preço, pois, durante o processo, é feito o despoldamento retirando a mucilagem e evitando a incidência de microrganismos que provocam a perda de qualidade do produto final.

O processamento industrial do café constitui-se de cinco etapas, a saber: a composição do “blend”¹²; a torrefação; moagem; embalagem, e; armazenamento. A forma como é completada cada etapa influencia desde o preço do produto até o mercado em que será vendido. A formação do “blend” tem fundamental importância quanto ao nível de conhecimento técnico. Para realizar a mistura é preciso conhecer os tipos de café e as quantidades que resultem em um produto de alta qualidade.

A torrefação é o processo de aquecimento do café até que chegue ao ponto de estar levemente queimado ou torreficado. O maquinário utilizado varia de acordo com a quantidade produzida e demanda para o mercado.

Na fase de moagem o café misturado (blendado) e torrado é triturado até que se torne o pó que será comercializado. A etapa de embalagem torna necessário o uso de maquinário, para selar o café da forma correta com embalagens certas - polietileno¹³, ou polipropileno biorientado¹⁴ – facilitando assim a última etapa que é o armazenamento para a futura comercialização.

Segundo Fernandes (2011) a comercialização para exportação no mercado do café não depende mais exclusivamente dos baixos custos, mas sim da qualidade a baixos custos, o que torna necessária a utilização de novas tecnologias capazes de criar

¹¹ Tanque de alvenaria e uma calha metálica com saída ramificada e com um fundo, onde cai o grão imperfeito, consequência de maior densidade deste.

¹² O “blend” é a mistura - entre tipos diferentes de café – que se faz para alcançar a cor e o gosto que o mercado, para onde segue o produto, exige.

¹³ Tipo de plástico produzido para embalagens.

¹⁴ Tipo de polímero que tem fácil manejo e com grande capacidade de proteção quando usado como embalagem.

um ambiente de produção que seja uma vantagem para o Brasil alcançar uma demanda maior no mercado internacional.

Constatados alguns aspectos concernentes à produção cafeeira e evidenciando a sua grande relevância – seja na geração de capital, mão-de-obra, mercado consumidor – para o desenvolvimento da economia brasileira, cabe discutir a atual configuração desse setor para que seja possível demonstrar a importância do modelo de produção familiar e suas possibilidades no âmbito da cafeicultura.

A produção de um café de qualidade exige dois fatores importantes: maior atenção do produtor durante as etapas de produção, e; a utilização de tecnologias para a pós-colheita e embalagem para a comercialização. Entretanto, a maior parte dos agricultores familiares não possuem capital suficiente para implantar técnicas com mais tecnologias durante todo processo produtivo tendo que se adaptar utilizando tecnologias com menor custo ou produzir um produto que não tenha maior qualidade.

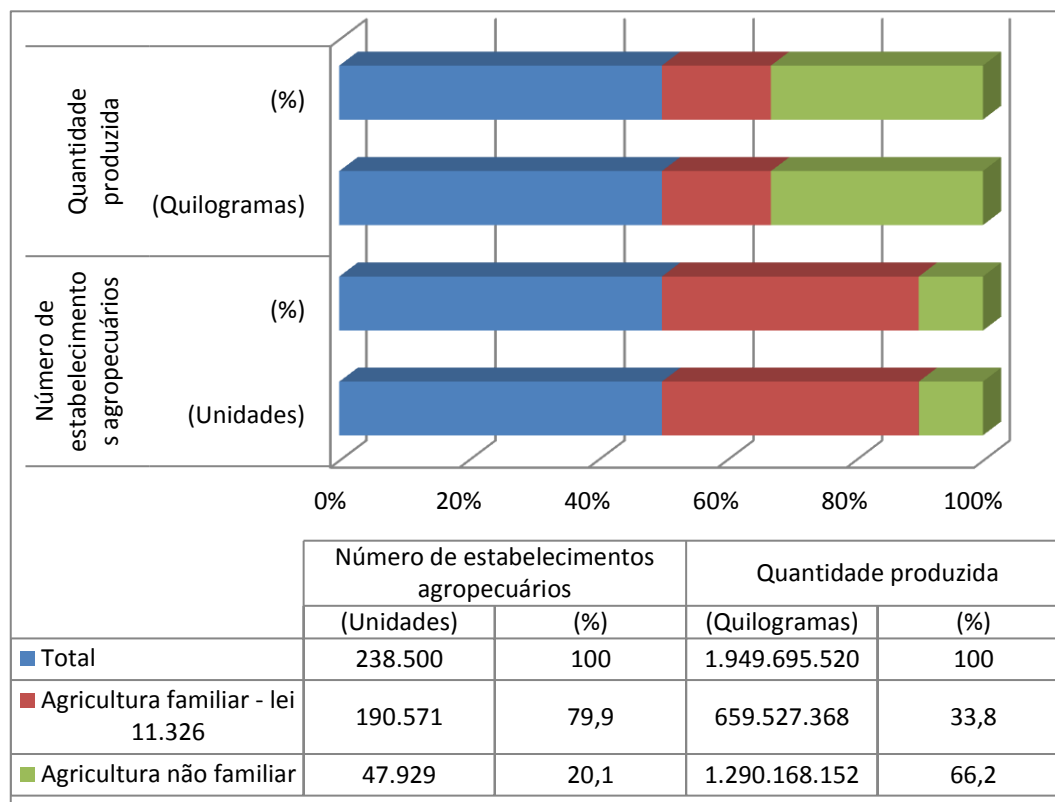
Abramovay (1992) entende que o agricultor familiar é a representação do camponês quando se analisa a gestão familiar da propriedade, contudo observa que a integração a outros mercados, obtendo tecnologias e meios de produção de outras áreas constitui a principal diferença entre ambos. O campesinato enquanto sistema de produção gerido pela família e com meios próprios de produzir existe, mas quando há a sua integração ao mercado – como resultado de forte influência de políticas públicas – se torna um agente social que impede a superpopulação das cidades e êxodo rural.

Na produção de café, pode-se constatar que predomina, entre os pequenos agricultores, a agricultura familiar, que ocorre pela necessidade de integração a outros mercados que existe na produção cafeeira.

O número de cafeicultores familiares, no Brasil, é grande e tem participação acentuada na produção, mesmo que exista uma quantidade bem inferior de agricultores não familiares como se pode perceber no Gráfico 1:

Conforme se observa no gráfico, o número de cafeicultores familiares em quantidade é, de fato, superior ao número de agricultores patronais no Brasil, mesmo que a quantidade produzida seja muito maior para o segmento não familiar, chegando a 66,2% da produção total, o que pode ser explicado pela área apropriada por cada segmento, bem como pelo incremento tecnológico da cafeicultura empresarial.

Gráfico 1 - Número de estabelecimentos agropecuários, quantidade produzida, área colhida na cafeicultura brasileira, ano de 2006.



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2006.

Ainda assim, segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006 do IBGE, a participação da agricultura familiar na produção de café foi de R\$ 2.299.168.225, que corresponde a 30% do valor total. No capítulo seguinte serão observadas as particularidades da cafeicultura familiar no município de Barra do Choça, Bahia.

CAPÍTULO 3 AGRICULTURA FAMILIAR EM BARRA DO CHOÇA, BAHIA

A cidade de Barra do Choça está entre as que concentram um maior número de agricultores familiares produzindo diversas culturas no interior da Bahia. O município fica situado na região do Planalto de Vitória da Conquista, conhecido pela predominância da cultura cafeeira, no setor agrícola, entre outras atividades.

Para fazer uma análise da agricultura familiar no município é necessário compreender a formação histórica da região em que se insere, relatando desde a chegada dos bandeirantes e a forma como a terra foi ocupada – formação de latifúndios – até a prática da monocultura cafeeira.

Na primeira seção deste capítulo realizou-se a caracterização da região do Planalto de Conquista. Em seguida, na segunda seção, descreveu-se a história de Barra do Choça e a caracterização da produção agrícola no município.

Para concluir o debate, que é objetivo deste trabalho, na terceira seção, foram apresentados os resultados da pesquisa e a discussão acerca da atual situação dos agricultores familiares que estão situados nos limites de Barra do Choça evidenciando-se a produção, o acesso ao crédito, a renda, a comercialização e o acesso a programas de incentivo e assistência do governo.

3.1 O Planalto de Vitória da Conquista

A região do Planalto de Vitória da Conquista é formada, além de Vitória da Conquista, pelos municípios de Poções, Planalto, Barra do Choça, Encruzilhada, Ribeirão do Largo, Itambé, Nova Canaã, Iguai, Boa Nova, Caatiba e Cândido Sales, e fica situada no sudoeste da Bahia.

Segundo Dutra Neto (2009) essa formação regional começa com o desbravamento dos bandeirantes, no final do século XVII, visando à criação de vias de comunicação entre o litoral e o recôncavo baiano, sendo que os primeiros povoados foram formados onde hoje é Vitória da Conquista, Poções e Jequié. Assim, Dutra Neto relata que

O colonizador branco veio ocupar mais efetivamente a região com a implantação do sistema de sesmaria, especialmente quando as terras, então conhecidas como “Alto Sertão da Serra Geral da Bahia”, foram doadas a Antônio Guedes de Brito, como forma de pagamento pelos gastos efetuados por esse comerciante na guerra contra os holandeses na Bahia e em Pernambuco, em fins do século XVIII. Este, uma vez conquistando-as, em processos também marcados por constantes e violentos combates contra índios, erigiu fazendas e espalhou sua boiada. A criação de animais, em suas terras e nas de seus arrendatários, mostrou-se fundamental para a tomada de posse do território (DUTRA NETO, 2009, p. 106-107).

Com a criação de gado e estabelecimento de fazendas, além da violenta guerra para retirada dos índios, a tomada das terras na região foi efetivada. É fundamental evidenciar que esse tipo de posse gerou o desenvolvimento calcado em atividades de interesse dos fazendeiros latifundiários, provocando um processo lento de formação de municípios.

Concernente à formação da estrutura agrária da região, esta foi baseada em uma lógica de acumulação culminando em um sistema que gerou grande concentração de terras, em posse de um número pequeno de proprietários, nos municípios que formam o Planalto de Vitória Conquista.

Dentre outros aspectos, esse processo gerador de propriedades latifundiárias é resultado da doação de terras para ocupação ou como pagamento, à época do regime de sesmarias, como no caso de Antônio Guedes de Britto. Neste processo, o maior número de agricultores detiveram as menores faixas de terras. Dutra Neto afirma que

O Sudoeste da Bahia, nos últimos anos, não apresentou mudanças significativas na sua estrutura agrária, no que diz respeito ao número de estabelecimentos e à distribuição desses estabelecimentos por grupos de área. Em 1985, as unidades com menos de 10 ha correspondiam a 31,33% do número de estabelecimentos agrícolas existentes na região e ocupavam apenas 1,61% da área total. Essa relação permaneceu praticamente inalterada em 1995, quando 32,82% dos estabelecimentos dispunham apenas de 1,63% da área agrícola deste espaço (DUTRA NETO, 2009, p.125).

A diferença entre o número de estabelecimentos com menos de 10 ha e a quantidade de propriedades com mais de 1000 ha torna visível a disparidade que existe na região. Quanto à economia na região, até o século XIX, ainda era baseada na pecuária e agricultura que tinham por objetivo atender ao mercado interno. Dutra Neto (2009) enfoca a importância de Vitória da Conquista, pois foram originados desta outros 10 municípios, enquanto a cidade era usada como ponto estratégico para criação de

subdivisões da administração do governo e, ao mesmo tempo, como geradora de atividades agrícolas de subsistência e comerciais. Os dados do IBGE apontam que,

Nessa época, além do gado, produzia-se algodão, óleo de copaíba e alimentos necessários à subsistência dos moradores. Os escravos negros foram a principal mão-de-obra das lavouras e, também, boa parte dos vaqueiros. A herança dos negros está presente em vários aspectos da cultura conquistense e nos mais de dez remanescentes de quilombos do Município. A Vila elevou-se à categoria de cidade em 1891, quando passou a se chamar Conquista. Em 9 de novembro daquele ano, foi instalada a Câmara de Vereadores, sendo esta a data escolhida para o dia da Cidade (IBGE, 2013).

As explorações e culturas agrícolas, que se desenvolviam na região, foram fundamentais para a maior ocupação do Planalto de Vitória da Conquista. Dutra Neto, ainda, ratifica que

A exploração extrativa do látex da maniçoba e da mangabeira em áreas de Jequié e Vitória da Conquista, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, chegaram a atrair fluxos migratórios para estas áreas, em função da importância econômica dessa atividade. [...]

Entre o final do século XIX e início do século XX, a região passou a se consolidar como criadora de rebanho bovino, além de experimentar alternativas produtivas, estabelecendo um novo tipo de relação econômica no contexto estadual. O café introduzido no final do século XIX chegou a ser a atividade econômica mais importante de alguns municípios da região (DUTRA NETO, 2009, p. 109).

Logo, as culturas agrícola e extrativista foram responsáveis pela atração de mão-de-obra e também da ocupação humana, além de desencadear o desenvolvimento da economia local e regional com novas alternativas

Em 1972, Vitória da Conquista foi contemplada pelo Plano de Renovação e Revigoramento da Cafeicultura, do Governo do General Médici. O objetivo do plano era ampliar a área semeada de café, produto bastante valorizado nesse período. Foram oferecidos subsídios aos interessados em abrir cafezais. Isso fez com que muita gente passasse a cultivar café nos municípios de Vitória da Conquista, Planalto, Poções e no recém-criado Barra do Choça, entre outros.

As lavouras de café multiplicaram-se em poucos anos. Em 1975, em Conquista, foram colhidas 840 sacas; em 1983, este número subiu para 13.179. Muitos cafeicultores enriqueceram (IBGE, 2013).

Assim, já a partir da década de 1970, a produção cafeeira foi implantada em diversos municípios do Planalto de Vitória da Conquista, entre eles Barra do Choça, quando foi feito um estudo indicando que a área é propícia ao cultivo de café.

Neste estudo, feito pelo já extinto Instituto Brasileiro de Café, o Planalto de Vitória da Conquista configurou-se como uma região propícia para a cultura do café, mesmo com alguma dificuldade relacionada à intensidade das chuvas

Na região cafeeira do Planalto de Vitória da Conquista, as condições de disponibilidades hídricas são melhores. Contudo, ocorrem deficiências hídricas, as quais são normais para a região, podendo atingir 83 mm, na maioria das vezes, na fase de dormência e repouso das plantas, pouco prejudicando os cafeeiros. Por outro lado, aparecem normalmente pequenos excedentes hídricos em dezembro e janeiro, promovendo discreta lavagem do solo e evitando a salinização das aguadas (DUTRA NETO, 2004, p. 77).

O Planalto de Vitória da Conquista, mesmo fazendo parte do semiárido da Bahia, ainda tem boas condições, como infere Dutra Neto (2004), para o cultivo de café. No setor agrícola, além da produção cafeeira, a região ainda apresenta boa influência na economia baiana com o cultivo de mandioca, a horticultura e também a criação bovina.

Dutra Neto (2009) classifica o café, o cacau e a mandioca como as culturas agroindustriais, no sudoeste da Bahia, que têm grande relevância para a economia da região, e, que têm maior participação na produção. O café se destaca entre as outras pela quantidade produzida e tamanho da área utilizada. A sua importância se deve ao fato da relevância que tem para a pauta de exportações do Brasil, tornando a sua produção interessante para a economia regional. Dutra Neto ainda afirma:

A região sudoeste é produtora de cafés de alta qualidade, cafés premiados em concursos estadual e nacional. Do volume de café produzido, parte dele é de alta qualidade, direcionado ao mercado internacional, exportado para países consumidores e, em muitos casos, como na França, tem a marca “Café da Bahia”. No entanto, esses cafés não são exportados diretamente pelos produtores e sim por empresas nacionais e multinacionais que têm filiais em Vitória da Conquista (DUTRA NETO, 2009, p. 137).

O autor afirma que o café no sudoeste da Bahia tem alta qualidade, contudo os produtores da região não fazem a venda direta para outros países, entregando para atravessadores – com preços abaixo do valor de mercado – ou para consumo direto na própria região. Em sua maioria, os pequenos produtores são os que mais sofrem com esse tipo de comercialização, sendo mais fácil para quem produz grandes quantidades, comercializar o produto via corretoras especializadas e a preço melhores.

Pelos apresentados pelo IBGE, em 2004 a Bahia tinha uma área de 96.710 hectares plantados com café. Em 2011 essa área chegou a 138.833,5 hectares, produzindo 2.290 mil sacas.

Relatar a história do Planalto de Vitória da Conquista é imprescindível para a compreensão da estrutura agrária e o atual modelo de produção de Barra do Choça. Com sua formação baseada na economia gerada pelos fazendeiros latifundiários o município não é diferente de outras regiões do país, onde há concentração de terra em posse de um pequeno número de pessoas.

Também, a região em que Barra do Choça está inserida, influencia tanto no que é produzido quanto na forma como ocorre a comercialização, pela sua condição edarfoclimática e sua formação histórica baseada na produção voltada para os produtos em alta no mercado internacional. Estabelecidos os aspectos mais relevantes sobre a formação da região do Planalto de Vitória da Conquista, localizada no sudoeste baiano, na próxima seção, além da formação histórica, evidenciou-se as características sociais, geográficas e o modelo de produção predominante no município aqui trabalhado.

3.2 Formação histórica e atual perfil da economia em Barra do Choça, Bahia

A cidade de Barra do Choça, segundo o IBGE (2013), nasceu a partir de uma vila, chamada Vila de Tanque Velho, em que as atividades exercidas tinha um caráter de subsistência e a sua história está ligada de forma intrínseca à criação do Planalto de Vitória da Conquista – também chamado Sertão da Ressaca. Dutra Neto (2004) afirma que a existência da vila já era conhecida em 1903, por meio de padres que realizavam missas no local. Quanto à sua formação, foi resultado da expansão dos bandeirantes:

No seu conjunto, o povoamento do Sertão da Ressaca ocorreu a partir da necessidade de expansão dos domínios dos bandeirantes; a necessidade de descobrir novas minas de metais preciosos, bem como da necessidade dos moradores das Vilas do Rio de Contas e Minas Novas obterem produtos necessários à sobrevivência dos habitantes daquelas povoações. Após estabelecer-se no Planalto da Conquista, João Gonçalves da Costa procurou desbravar toda a região. Não havendo se concretizado a descoberta de novas fontes de mineração no Sertão da Ressaca, a ocupação ocorreu com base nas fazendas de gado e na agricultura de subsistência (IBGE, 2013).

Sem êxito na tentativa de descobrir novas fontes de metais preciosos, a localidade de Vila de Tanque Velho passou a desenvolver a agricultura de subsistência

– feijão, banana, milho e mandioca – e dava assistência aos viajantes e comerciantes que passavam pela região.

Com a morte de João Gonçalves da Costa, a terra foi, em parte, dividida por herança e, em parte, comprada por famílias que tinham o poder econômico e político, e, se instalaram na região à mesma época da família Gonçalves da Costa (IBGE, 2013). A vila foi transformada em distrito de Vitória da Conquista até meados do século XIX quando foi emancipada na década de 1960, como infere Dutra Neto:

Barra do Choça permaneceu como distrito de Vitória da Conquista até 22 de julho de 1962, quando se emancipou e passou à categoria de Município. Segundo relatos de um morador, nessa época, a população local não ultrapassava os 4 mil habitantes. Além da sede, o município tem vilas e os distritos de Santo Antônio, Barra Nova e Cafezal (DUTRA NETO, 2004, p.71).

Quando foi elevada à categoria de município, a cidade de Barra do Choça possuía menos de quatro mil moradores. Segundo dados do IBGE no ano de 1991 esse número já era de 24.844 habitantes, chegando a 40.818 no ano de 2000.

A economia do município à época de sua criação, segundo Dutra Neto (2004), era voltada predominantemente para atividade agrícola. A produção continuava voltada para o consumo próprio dos agricultores e a pecuária de forma muito limitada. Como não havia hospitais e nem escolas, a população se deslocava para grandes centros, como São Paulo e Paraná, buscando melhores rendimentos e condições de sobrevivência.

O perfil da economia local começou a mudar com a implantação do café, após os estudos realizados pelo Instituto Brasileiro de Café (IBC) no Planalto de Vitória da Conquista, constatando a viabilidade dessa cultura na região de Barra do Choça.

A intenção dos estudos do IBC era de encontrar novas regiões que apresentassem clima propício, altitude – que deveria ser maior que 700 m, impedindo a doença da ferrugem que atacava os cafeeiros – e mão-de-obra disponível.

Assim, no caso de Barra do Choça, mesmo estando na faixa considerada Polígono da Seca, as chuvas originadas no litoral influenciam a região em que não há ocorrência pluviométrica maior, equilibrando a produção em todo município, logo, tornando a área apta para a produção do café (DUTRA NETO, 2004). Também, a cidade apresenta nascente de alguns rios e uma altitude de 860m, características que viabilizam ainda mais a produção cafeeira.

A partir da implantação da cultura do café houve, de fato, significativa contribuição para a dinamização da economia local:

Esse crescimento experimentado pelo Município de Barra do Choça, durante a período de 1970 a 1997, foi promovido pela implantação da cafeicultura no Município, quando ocorreram investimentos maciços do Governo Federal em estradas, construções civis, além dos investimentos na lavoura cafeeira.

No setor primário, a partir da década de setenta, o café passou a ser a principal atividade do Município, tanto na geração de renda como de emprego (DUTRA NETO, 2004, p. 90).

Além de ser constatado pelo IBC que Barra do Choça tinha boas condições para o cultivo do café, também notaram-se a falta de infraestrutura e pobreza de grande parte da população. Por isso a produção de café levou para o município, investimentos do governo federal que foram usados para construção de estradas e construções para a manutenção da nova atividade.

Quanto à atitude de aderir à nova cultura, os pequenos produtores tiveram alguma resistência – fato que ocorreu também em outras cidades – por falta de conhecimento. Esse foi um empecilho à busca de crédito. Dutra Neto (2004) relata que a concepção dos moradores começou a se modificar com palestras oferecidas pelo então gerente do Banco do Brasil. No ano de 2006, segundo o IBGE, 68,5% dos produtores de café em Barra do Choça eram familiares. E dos cerca de 24 mil agricultores familiares produzindo café na Bahia, 817 se encontravam em Barra do Choça, números maiores que até mesmo de Vitória da Conquista que apresentava 637 produtores de cunho familiar.

Logo, a implantação da monocultura do café trouxe mais infraestrutura e geração de renda para a cidade, segundo informações da Prefeitura Municipal de Barra do Choça, contudo:

Em relação aos indicadores socioeconômicos, após a implantação da lavoura cafeeira em Barra do Choça, em 1973, o município atingiu um considerável crescimento, graças à ampla soma de recursos aqui investidos. Um aspecto, no entanto, não correspondia na mesma proporção à geração de riquezas: os indicadores sociais. É que a lavoura cafeeira, embora empregue farta mão-de-obra durante o período de colheita, não apresenta o mesmo retorno econômico para as famílias dos trabalhadores. Assim, o grau de pobreza e de dificuldades econômicas de parte da população local se agravava à medida que as crises da cafeicultura se sucediam. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA, s.d.).

A mão-de-obra disponível existia, mas em épocas de crise ou baixa nos preços, devido à sazonalidade no caso do café, desencadeava-se o aumento da pobreza e dificuldade em manter no campo, principalmente para as famílias de agricultores de menor porte. A consequência foi, ao contrário do aumento populacional entre os anos de

1991-2000, a saída da população do meio rural em busca de melhores rendimentos nas grandes cidades. Segundo o IBGE, o número de habitantes passou de 40.818 no ano de 2000, para 32.489 habitantes em 2007.

Segundo informações divulgadas pela Prefeitura Municipal de Barra do Choça, com migração em nível tão alto, foi necessário o incentivo a outros tipos de atividades agrícolas, para gerar renda em épocas distintas do ano, impedindo a saída em massa dos habitantes do campo no município. Algumas medidas foram:

Em 1997 foi criada a Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Econômica (SMA), responsável pela implementação de ações voltadas para o desenvolvimento de novas atividades produtivas, diversificando a economia local, fixando o homem no campo e gerando emprego e renda [...].

Através da articulação com os governos Estadual e Federal, fortes parcerias foram firmadas, apresentando, como resultado, a instalação do Posto Avançado da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA). A partir daí, a EBDA passou a prestar assistência técnica e elaborar projetos para financiamento, visando o revigoramento das lavouras existentes e plantio de novas áreas. (PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA, s.d.)

A criação da Secretaria Municipal de Agricultura em Barra do Choça possibilitou a parceria com projetos do governo Federal e Estadual, visando alocar recursos na agricultura, de forma que os agricultores, com menor renda, permanecessem no campo, auferindo renda extra com a diversificação de outras culturas e atividades – como a bovinocultura leiteira e apicultura ou a plantação de milho, feijão, banana, entre outros.

No ano de 2011, além da área colhida de café de 18 mil hectares, houve também uma área colhida de 6.300 ha de feijão, 3.000 ha de banana, 3.500 ha de milho e 471 ha de outras culturas, como tomate, mandioca, laranja, abacaxi, melancia e cana-de-açúcar. Logo, a Empresa Baiana de desenvolvimento Agrícola (EBDA) teve o objetivo de assistir a lavoura no âmbito técnico e também por meio de projetos para a aquisição de crédito através do Banco do Nordeste.

A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF, em 1995, possibilitou o acesso a financiamentos com o objetivo de atender aos agricultores familiares e desenvolver o âmbito rural, através do Banco do Brasil. Logo, o rumo que tomou o PRONAF tem grande influência de movimentos sociais e tem em sua pauta o acesso do financiamento ao agricultor mais pobre e antes negligenciado.

Assim, com programas de fortalecimento da agricultura familiar e desenvolvimento do âmbito rural a economia do município já conta, segundo dados fornecidos pela Diretora Comercial da Cooperativa Mista de Pequenos Cafeicultores de Barra do Choça (COOPERBAC), com a agroindústria de leite, iogurte, pimenta e uma associação de torrefadores de café.

Estabelecidos os pontos importantes acerca do contexto histórico em que se formou Barra do Choça, imprescindível para a compreensão da estrutura atual do município, a última seção deste capítulo buscará analisar a realidade dos agricultores familiares, por meio de dados do IBGE, dados cedidos pela Diretora Comercial da Cooperativa Mista dos Pequenos Cafeicultores de Barra do Choça e Região Ltda. - COOPERBAC - e questionários aplicados na cidade entre os produtores que, pela caracterização das políticas, são de cunho familiar na produção de café.

3.3 Agricultura Familiar na produção de café em Barra do Choça, Bahia.

A pesquisa acerca da situação social e econômica e a produção e comercialização desenvolvida pelos agricultores familiares em Barra do Choça foi feita por meio de aplicação de questionários entre os produtores e entrevista com a Diretora Comercial da Cooperativa Mista dos Pequenos Cafeicultores de Barra do Choça e Região Ltda – COOPERBAC – para informações geral sobre a produção na região e acesso a documentos com levantamentos feitos pela prefeitura do município.

A aplicação dos questionários entre os agricultores familiares teve por objetivo buscar informações sobre a situação econômica – procurando os meios de rendimentos que têm acesso – e social dos produtores e suas famílias.

Houve, também, a intenção de analisar se o financiamento do PRONAF e outras instituições alcançam os produtores que essas políticas objetivam de fato; a assistência do governo seja técnica, direto à produção, ou com informações; a forma de realização da comercialização do café; e, as maiores dificuldades enfrentadas para permanecer no campo.

O cálculo da amostra da pesquisa, de acordo com Barbetta (2001), tomou por base o universo (N) de 817 cafeicultores familiares conforme dados extraídos do Censo Agropecuário (IBGE, 2006).

Assim, levando-se em consideração o erro tolerável (E_0) de 6%, a primeira aproximação da amostra (N_0) será O resultado é de 277,78. O cálculo da amostra, segundo Barbetta (2001), deve ser feito através da seguinte fórmula:

$$n = \frac{N \times n_0}{N + n_0} = \frac{226,946,26}{1.094,78} = 207,298$$

Logo, a amostra a ser pesquisada deveria ser de, aproximadamente, 207 agricultores. Nesse sentido, as visitas a Barra do Choça foram realizadas nos dias 06, 07 e 10 de julho de 2013. Foram aplicados questionários na Cooperativa Mista de Pequenos Cafeicultores de Barra do Choça (COOPERBAC), na feira da cidade que aconteceu no domingo, dia 07 de julho, e em uma associação em Barra Nova, distrito de Barra do Choça.

Ao todo, entre contato direto com os produtores e entrega para devolução, foram disponibilizados 240 questionários. Contudo, por haver outros profissionais aplicando questionários para seus respectivos trabalhos e por resistência de muitos em responderem ao mesmo, alguns produtores se mostraram receosos não respondendo às questões ou não devolvendo as respostas, tendo sido aplicados, com êxito, 77 questionários.

Devido ao tempo necessário para que este trabalho fosse concluído, não foi possível buscar coletar ainda mais informações através da disponibilização de um número de questionários equivalente ao universo de 817 cafeicultores familiares do município, na tentativa de ampliar o número de questionários aplicados.

Portanto, com uma amostra de 77 agricultores, realizando o cálculo segundo o método de Barbetta (2001), a margem de erro da pesquisa – antes de 6% – elevou-se para 10,84%. Entretanto, mesmo tolerando uma margem de erro maior, a amostra utilizada alcançou aproximadamente 10% do total de cafeicultores familiares e, portanto mostrou-se ainda significativa. Os resultados analisados foram tabulados através do programa Microsoft Excel, chegando ao cálculo de porcentagens das respostas.

Foram selecionadas algumas questões relacionadas aos temas mais relevantes em relação à forma de produção e reprodução familiar dos cafeicultores do município, buscando identificar, na realidade local, os limites e as possibilidades deste segmento no ramo da cafeicultura, que serão expostas a seguir.

3.3.1 Perfil sócio econômico da cafeicultura familiar em Barra do Choça.

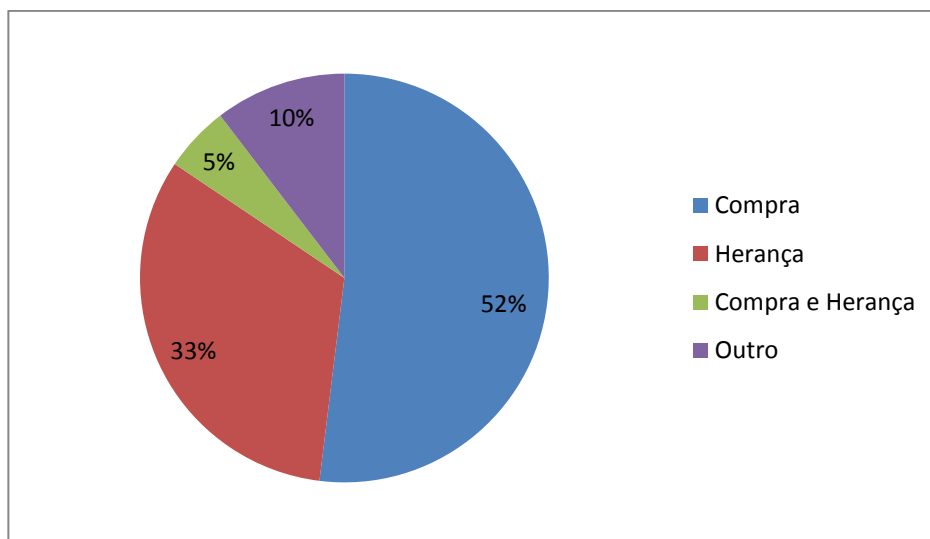
As questões colocadas, no questionário, acerca do perfil social e econômico dos agricultores, tinham o objetivo de analisar os produtores familiares em nível de informação – que influencia na produção – e a relação com a terra, ponderando a situação real de moradia e renda.

Quanto à condição dos produtores em relação à propriedade rural, 92% responderam que são proprietários do estabelecimento em que moram e cultivam o café. Os 8% restantes declararam ter tido acesso à terra por meio de indenização.

Essa grande porcentagem de proprietários, demonstra que a produção de café na região de Barra do Choça provocou a atração de diversos agricultores familiares, indicando que o campo ainda é uma alternativa interessante para a população que já possui o histórico de trabalho no meio rural, concepção diferente dos clássicos da questão agrária, Lênin, Kautsky e mesmo Marx, que previam o fim da pequena propriedade.

Quanto às formas de aquisição do imóvel rural 52% adquiriram o imóvel por meio de compra, 33% através de herança e apenas 5% já tinham herdado a propriedade e ampliaram-na por meio de compra, conforme se observa no Gráfico 2. A quantidade de compra e ampliação demonstra que mesmo com a chegada da lógica capitalista no campo os agricultores ainda permaneceram no campo e ainda são atraídos para a produção agrícola.

Gráfico 2 - Formas de aquisição da propriedade pelos cafeicultores familiares

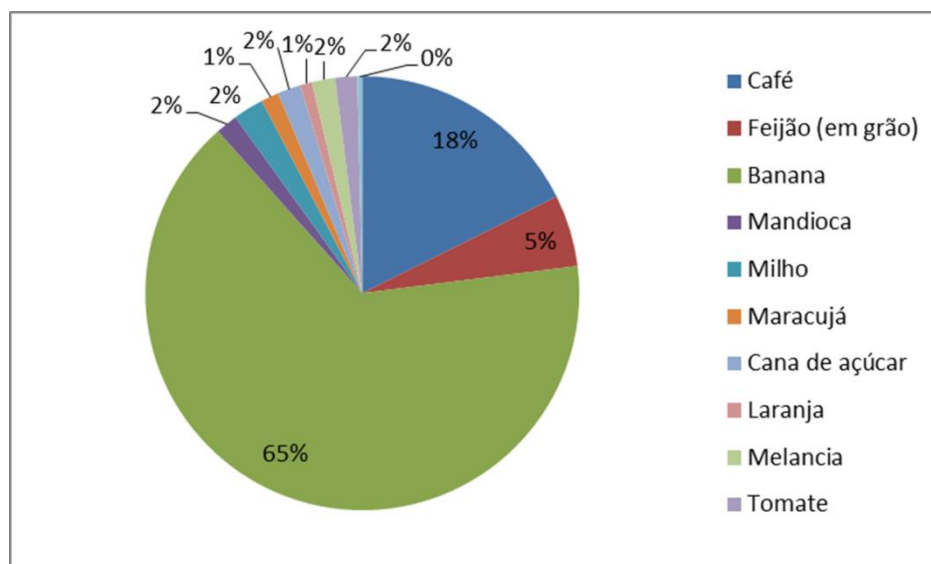


Fonte: Dados tabulados com base no questionário aplicado. Pesquisa de campo, 2013

Quanto à composição familiar observou-se que as famílias constituem-se, em sua maioria (58%), por até quatro membros. Apenas 8% dos agricultores apresentaram uma composição familiar com mais de oito membros.

No que concerne à atração e fixação desses agricultores no campo, existem algumas questões que foram colocadas no questionário. Quanto à produção agrícola, a diversificação dentro da mesma propriedade em que é cultivada a cultura principal foi um aspecto predominante. Logo, 81% dos produtores que responderam ao questionário, afirmaram que vendem outras culturas produzidas – milho, feijão, banana, etc. – para ajudar nas despesas. A quantidade produzida dessas culturas diversificadas em Barra do Choça pode ser vista no gráfico 3, segundo dados do IBGE (2011), é:

Gráfico 3 - Quantidade de culturas produzidas em Barra do Choça, Bahia.



Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2011.

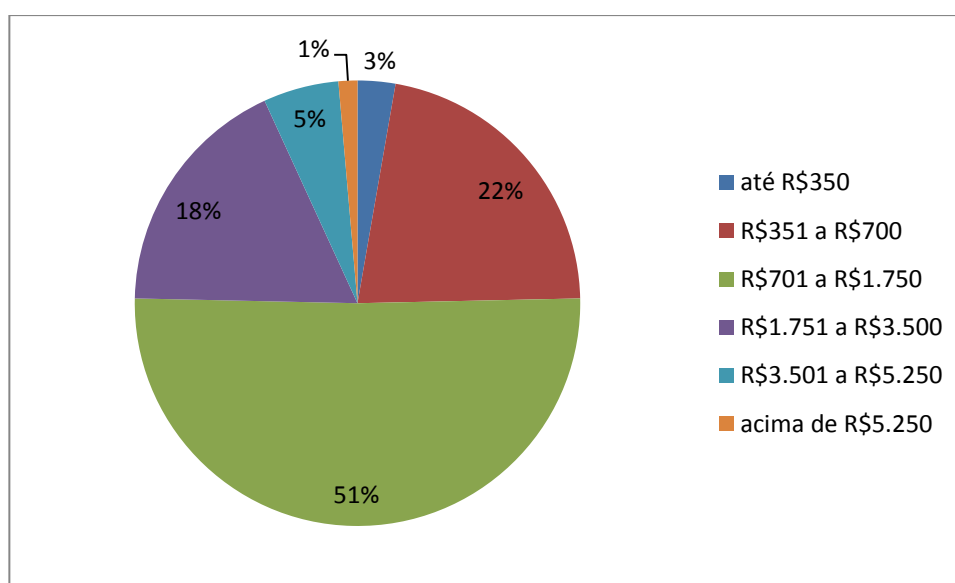
Analisando o Gráfico 3 percebe-se que há uma grande quantidade de culturas produzidas pelo segmento familiar em Barra do Choça na pesquisa realizada em 2011, sendo essa diversificação confirmada também nos resultados da aplicação de questionários entre os cafeicultores familiares.

É válido evidenciar que a diversificação de culturas dentro da produção familiar de café é um aspecto importante como meio de garantir maior segurança alimentar para a família do agricultor. É possível também gerar renda extra vendendo a parte excedente das outras culturas produzidas.

Também, outro aspecto constatado foi a pluriatividade, confirmando a afirmativa de Schneider (2009) de que o agricultor familiar já inserido no mercado passa a desenvolver outros serviços em tempo parcial para desenvolver rendas permanentes. Observou-se que 21% dos produtores tinham ganhos externos como principal fonte de renda – entre trabalhos como funcionário público, professor, transporte, trabalhadores assalariados e pedreiro – e 15% equilibravam a provisão, para suprir as necessidades, entre a agricultura e fontes externas.

Segundo Nascimento (2009), as famílias pluriativas obtêm melhores rendimentos que aquelas que têm a sua renda gerada somente pelo uso da terra. Quanto perguntados acerca da renda média mensal, foi dada ênfase à oscilação que existe nos rendimentos, dada a sazonalidade de preços que existe no mercado do café, além das dificuldades para comercialização. Os dados acerca da renda média mensal familiar dos cafeicultores de Barra do Choça podem ser analisados através do Gráfico 4:

Gráfico 4 - Renda média familiar dos cafeicultores familiares



Fonte: Dados tabulados com base no questionário aplicado. Pesquisa de campo, 2013.

Dos produtores que ganhavam acima de R\$1.751,00, somente 22% tinham a renda advinda da terra e de fontes externas. Em situação mais crítica, vivendo com até R\$350,00 por mês, havia 3% da amostra. Com os melhores rendimentos, que ganham entre R\$3.501,00 e R\$5.250,00, havia 5% e apenas um produtor ganha acima de R\$5.250,00, contudo este tem uma área entre 16 a 25ha, produzindo 12 ha de café, somado 8ha de outras culturas produzidas.

Quanto ao repasse de subsídios governamentais, em 36% das propriedades existiam membros da família que recebiam Bolsa Família e, em 55% das famílias algum morador recebia aposentadoria.

Contudo, ainda foi possível perceber que, no que se refere à importância de cada rendimento para a composição da renda familiar, um número muito grande de cafeicultores familiares (64%), obtinha seu sustento dependendo da atividade agrícola como principal fonte de rendimento, sendo que a renda extra adquirida com outras atividades e benefícios governamentais tinha menor representatividade no sustento da família. A principal atividade das famílias que responderam ao questionário é a produção cafeeira, e tem gerado renda suficiente que evitam a sua saída do meio rural em Barra do Choça.

3.3.2 Forma e condição da produção

Ao ser aplicado o questionário foram respondidas questões acerca dos recursos disponíveis para produção feita pelo agricultor familiar, pois, produzir café de qualidade, como coloca Dutra Neto (2009), exige capital principalmente nas fases após a colheita.

No que se refere ao tamanho das propriedades, 47% dos imóveis estavam estabelecidos em áreas com até 5 ha. Apenas 10% se encontravam em terras acima de 51 há. Logo, foi possível perceber que, de fato, a maior parte dos agricultores familiares da região está concentrada nas menores propriedades¹⁵. Dessa forma, ainda prevalece a base agrária pela qual se formou a região em que o município está inserido, que Dutra Neto (2009, p. 125) evidencia.

No processo produtivo, 66% utilizava apenas a mão-de-obra da própria família e 25%, além da familiar, contratava trabalhadores – principalmente em época de colheita. Ainda, 8% não faziam uso do trabalho familiar, utilizando apenas trabalhadores contratados. Para realizar a colheita 82% dos agricultores afirmaram fazer a colheita manual e 18% utilizava também a derriça.

¹⁵ Em conformidade com a Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, uma das exigências para classificar o pequeno produtor como agricultor familiar implica na utilização de uma área limitada a quatro módulos fiscais. Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa - 01 (um) módulo fiscal no município de Barra do Choça representa 35 hectares. Portanto, o produtor familiar neste município possui um limite máximo de área de 140ha, apresentando patamares bastante inferiores a este limite determinado pela política pública específica para este segmento.

Dentre esses 8%, é importante evidenciar que alguns possuem a Declaração de Aptidão ao PRONAF, mesmo mantendo exclusivamente pessoas contratadas para a propriedade e, apenas um tinha área com até 5 ha, tendo, outros estabelecimentos, acima de 16 ha. As informações sobre o acesso desses produtores a políticas públicas específicas serão detalhados na próxima seção.

Para as etapas de pós-colheita do café, algumas questões acerca do acesso a maquinário específico e forma de realizar esse processo demonstraram que 70% dos produtores realizavam o processamento pela via seca no período em que foi aplicado o questionário. A despolpa (via úmida) era realizada dentro da propriedade por apenas 6% dos agricultores. Também, 70% não realizavam dentro da propriedade a etapa de beneficiamento (limpeza e descascamento) e 82% não realizou a etapa de Rebeneficiamento (classificação por tipo e bebida) durante o período das pesquisas. É imprescindível acrescentar que entre os produtores havia a consciência dos recursos que deveriam ser utilizados para produzir café com maior qualidade, entretanto os baixos preços deste produto - durante o período em que foi realizada a pesquisa - somado ao período de seca, ocorrida em 2009, a remuneração gerada com a venda do café não provocava estímulo a prática das duas etapas de beneficiamento.

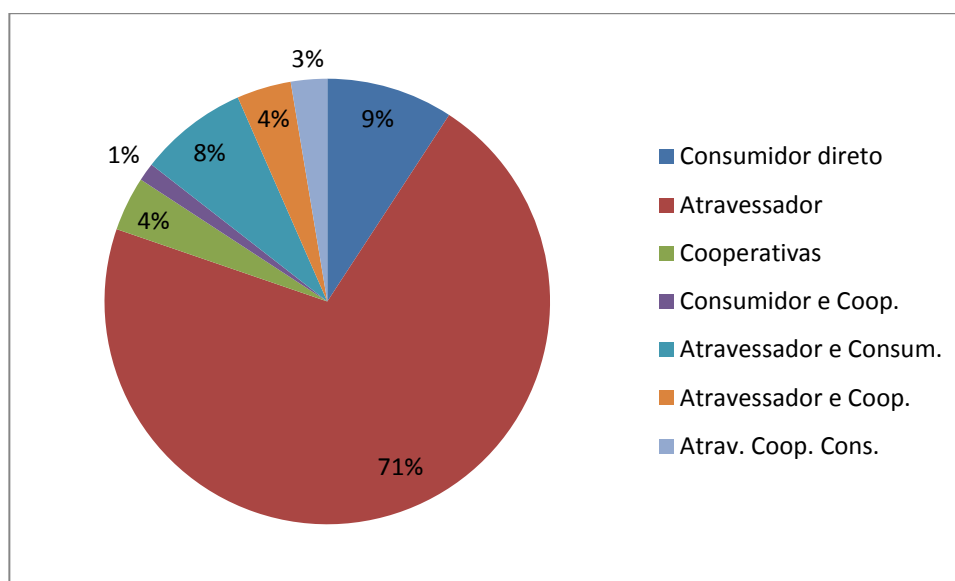
Quanto à comercialização, os produtores têm acesso limitado ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA que deveria funcionar como um suporte para os agricultores familiares evitarem os atravessadores e preços muito abaixo do valor de mercado, conforme será visto na próxima seção.

Dentre os insumos utilizados pelos pequenos cafeicultores, 97% utilizava adubo químico ou orgânico para o preparo do solo. Utilizando herbicidas, fungicidas ou inseticidas havia 59% dos produtores. Quando questionados acerca da utilização de máquinas para o preparo do solo, 51% dos produtores declararam não utilizar trator – e nem mesmo tração animal -, contudo, 23% possuía recurso para utilização de tratores alugados e 15% desses produtores tinha tratores próprios.

Segundo Abramovay (1992), o agricultor familiar, enquanto agente social é a representação atual do camponês, contudo, agora integrado ao mercado. No contexto da agricultura moderna, ele tem acesso aos meios de produção com maior incremento tecnológico, ou seja, o produtor familiar compra de outras áreas da economia, ampliando sua produtividade, e também vende a sua produção para esses outros segmentos.

No contexto da cafeicultura familiar, considerando que a cultura principal praticada exige ampla utilização de pacotes tecnológicos, o aumento da produtividade e maior integração ao mercado são alcançados em detrimento de uma especialização em uma monocultura. Um fator positivo no contexto do segmento familiar em Barra do Choça diz respeito ao fato de que esses cafeicultores conseguem conciliar a monocultura do café com o plantio de outras culturas promovendo o autoconsumo e minimizando os impactos ambientais da atividade monocultora.

Gráfico 5 - Comercialização do café pelos agricultores familiares.



Fonte: Dados tabulados com base no questionário aplicado. Pesquisa de campo, 2013.

O que se pode perceber, ao avaliar o Gráfico 4, é a falta de continuidade das políticas. Mesmo que seja uma ótima iniciativa, os programas do governo, que deveriam assistir aos agricultores familiares desde a produção até a comercialização, ainda não alcançaram completamente grande parte dos produtores rurais. Somente 4% vendem a produção exclusivamente para cooperativas que podem conseguir preços melhores para o café – e as outras culturas produzidas. A falta da agroindústria de café na região pode ser um empecilho ao incentivo à interação entre cooperativas e produtores.

No município de Barra do Choça, existe o esforço do governo municipal para dar suporte, contudo ainda falta por parte dos Governos Federal e Estadual, a criação de mecanismos para acesso ao PAA e para a ampliar diversificação na propriedade.

No âmbito da cafeicultura, seriam interessantes medidas no sentido de viabilizar a exportação do café, que Dutra Neto (2004) afirma ser de excelente

qualidade, através de contratos de venda direta, o que poderia transformar a dinâmica produtiva das famílias cafeicultoras do município.

Ainda, apesar também do esforço da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S.A (EBDA) oferecendo cursos e pesquisa, falta assistência para parte desses produtores, cerca de 32% ainda não tem o hábito de fazer análise do solo e, mesmo que a assistência técnica pública chegue a 34% dos participantes da pesquisa, 49% ainda não tem qualquer acesso.

Quando questionados sobre a concorrência das fazendas de característica patronal, 76% responderam que não existe e, de certa forma, até provoca algum tipo de incentivo, pois provoca a atenção do governo para a produção local. Contudo, acerca das dificuldades em se manter produzindo, além do preço do café, foi citada a falta de mão-de-obra no meio rural do município, principalmente em época de colheita, quando boa parte dos pequenos agricultores trabalha para os grandes fazendeiros.

A situação dos agricultores em Barra do Choça é oscilante, como consequência da própria variação nos preços do café e pela dificuldade de comercialização, visto que não podendo esperar por preços melhores, acabam vendendo para atravessadores.

No que concerne ao acesso dos produtores familiares à políticas do governo que são específicas para a agricultura familiar, foram elaboradas questões específicas a fim de verificar se existia assistência técnica do Estado, por meio de órgãos governamentais, conforme será demonstrado a seguir.

3.3.3 Acesso a políticas públicas e gestão da unidade produtiva

Segundo Abramovay (1992), o agricultor familiar é um agente social, que o governo passa a apoiar, dando suporte para produzir e vender a sua produção fixando o homem no campo o que impediria a superlotação dos grandes centros urbanos. Assim, buscando informações sobre as políticas de fortalecimento da agricultura familiar foi possível chegar a alguns pontos acerca da participação do Estado neste modelo de produção.

Os aspectos que a Lei 11.326 de 24 de julho de 2006 determinam para que um produtor seja qualificado como agricultor familiar são específicos para a realização de políticas públicas voltadas para estes. Todos os produtores em suas repostas declararam

alguma participação do café na renda familiar, ou seja, havia sempre atividade agrícola sendo desenvolvida.

A questão do crédito e assistência do governo deve ser analisada ressaltando as formas de política do Estado, entre elas foram evidenciadas o PRONAF e o PAA. Assim, essas políticas tem o objetivo de financiar a produção e criar outras formas – que podem ser agrícolas ou não agrícolas - e gerar renda extra para os produtores que mais precisam de apoio.

Segundo dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Agricultura de Barra do Choça, cedidos pela COOPERBAC, em 2009 foram aprovados pelo Banco do Brasil 51 projetos de financiamento em Barra do Choça, entre o PRONAF e PRONAF-B. Ainda pelo Banco do Brasil, em 2011 diversos projetos do PRONAF comum¹⁶ tiveram aprovações, entre eles 24 para financiamento de colheitas, 32 para estufa e despoldadores e 75 para de Revigoramento, Implantação e Manutenção de Cafezal, entre outros, contudo para áreas diversas.

Os resultados da pesquisa apontam que 67% dos produtores têm a Declaração de Aptidão ao PRONAF. Os que responderam que têm acesso ao financiamento do PRONAF foram 61% e mais 3% têm acesso ao crédito por meio de outras instituições. Ou seja, existe, de fato, o financiamento pelo Estado, contudo, 36% ainda não possuem acesso a qualquer tipo de crédito.

Assim, o PRONAF financia a produção e permite o acesso ao crédito aos produtores com condições mais precárias. O PAA tona-se então imprescindível para que o objetivo de gerar renda seja realmente efetivado. Não obstante o resultado de a pesquisa demonstrar que existe dificuldade na comercialização. As repostas apontaram que 80% não têm acesso ao PAA e que 71% dos produtores vendem a produção cafeeira, com frequência, para atravessadores.

As políticas públicas ajudam a tornar viável a permanência no campo. Não obstante, algumas destas políticas para dar suporte aos agricultores familiares serem também resultados das pressões exercidas por movimentos sociais, como Ferreira *et al* (2001) afirma sobre a evolução do PRONAF.

Entretanto, mesmo que focalizadas no âmbito social, as políticas públicas para este segmento ainda não possuem alcance suficiente para todos os agricultores e nem há um processo mais eficiente de retorno, como a deficiência na comercialização de

¹⁶ O PRONAF comum é o financiamento, coletivo ou individual, do governo para os agricultores familiares. O PRONAF-B é focado nos produtores em situação financeira mais crítica.

“*commodities*” agrícolas produzidos pelos agricultores de Barra do Choça, sendo mais uma limitação para estes.

A gestão da propriedade é influenciada pelo nível de conhecimento técnico que o agricultor adquire tanto para produzir – na compra e utilização de insumos e equipamentos e na própria plantação – quanto para comercializar o café.

Entre os cursos oferecidos pelo governo – EBDA, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e SEBRAE – 49% dos produtores não participavam. De cursos oferecidos pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB, 61% dos agricultores não frequentavam. Dos que frequentavam cursos, a maioria tinha acesso a palestras e workshops oferecidos por alguma cooperativa, cerca de 29% e os que conseguiam conhecimentos de gestão e produção por meio da EBDA e do SEBRAE foram 28%..

Contudo, a busca à informação também é feita por meio de revistas, livros e internet. 56% dos produtores utilizavam esses meios e 44% tinham acesso as informações por outros meios, entre palestras e mesmo o contato com produtores vizinhos. Do total destes agricultores 26% buscava conhecimento através da internet, com o objetivo de melhorar a qualidade do produto e gerir de forma mais eficiente a propriedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As concepções de Marx (1986; 2011), Lênin (1985) e Kautsky (1998), de que o campesinato estaria destinado à extinção dando lugar a uma propriedade agrícola mecanizada e de concorrência desleal parecia o futuro mais provável para o campo, no contexto de ascensão do capitalismo na Europa. Entretanto, segundo Abramovay (1992) o modelo campesinato, definido pelo autor como um modo de vida que aconteceu antes da revolução que o capitalismo provocou na agricultura, seria sufocado pelo agricultor familiar, um produtor rural que vende a sua produção com grande possibilidade de suprir o mercado interno.

Em Barra do Choça, região conhecida pela produção de café, os agricultores familiares, antes da atividade cafeeira, caracterizavam-se como camponeses, contudo a partir da sua integração aos mercados, principalmente no período recente, permanecem no meio rural produzindo, exercendo o importante papel de agente social, impedindo o êxodo rural. Apesar das dificuldades inerentes à produção do café, em razão da bienalidade da produção e da sazonalidade de preços deste produto, bem como da difícil comercialização para o segmento familiar, grande parte desses agricultores diversificam a produção agrícola como alternativa de renda extra em períodos de crise.

Através dos resultados dos questionários aplicados pode-se perceber que uma quantidade relevante dos produtores vendem outros tipos de cultura que são produzidas em consórcio com o café. Também, há outras fontes de renda não agrícolas, que, com o incentivo correto do Estado, a pluriatividade poderia gerar externalidades positivas na região, visto que já existe essa predisposição. Entretanto a maior parte dos produtores se mantêm no meio rural de Barra do Choça principalmente com o que ganham por meio da terra.

O crédito por parte de instituições bancárias, como o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste, através de parcerias com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar existe. Uma boa parcela dos produtores que participaram da pesquisa tem acesso, contudo ainda não existe assistência e nem informação suficiente para muitos agricultores que ainda não participam dessas políticas.

A comercialização do café e dos produtos diversificados ainda é um problema para a região. A grande maioria ainda vende o café por preços muito abaixo do mercado para os atravessadores. Quanto à diversificação, o Programa de Aquisição de Alimentos que compra produtos agrícolas diretamente de produtores de cunho familiar,

estimulando dessa forma a diversificação para atender às demandas do programa a preços que sejam no mínimo recompensadores, ainda não alcança a grande parte dos agricultores familiares no município de Barra do Choça.

A questão a ser resolvida é a eficácia dos programas dos Governos Federal e Estadual. O financiamento é, de fato, imprescindível para o estímulo à permanência no campo, mas é necessário que o governo gere os mecanismos certos para impedir a desvalorização da produção agrícola familiar, direcionando outros programas para compra de alimentos, além dos que já existem, e, no caso do café, promova a facilidade de exportação, visto que como coloca Dutra Neto (2004), há qualidade suficiente na produção cafeeira de Barra do Choça para a aceitação do produto no mercado internacional.

Dessa forma, confirma-se a hipótese central formulada nesta pesquisa, de que os agricultores familiares buscam a adaptação às adversidades climáticas e aos períodos de baixas nos preços para permanecer no campo, através da inserção de novas tecnologias melhorando a produtividade, pois como se observou, a cafeicultura exige um certo nível de capitalização e incremento tecnológico por parte dos produtores, inclusive de base familiar, e ainda, possibilita a diversificação de culturas através de consórcios e o desenvolvimento de atividades não agrícolas no tempo livre proporcionado pela inserção de máquinas e da utilização racional dos pacotes tecnológicos evitando algumas práticas manuais que exigem uma considerável parcela de tempo em sua execução.

Também, confirma-se que a exigência de mão-de-obra qualificada e a falta de oportunidades de emprego nos centros urbanos não são as motivações para a permanência destes agricultores do meio rural. Ao contrário, o conhecimento já adquirido sobre a cultura principal e o apoio do poder público local quanto ao acesso a políticas de financiamento dão subsídios aos cafeicultores familiares do município a desenvolverem melhores condições de produzir e conseqüentemente maior rentabilidade.

Salienta-se o papel do setor público municipal, bem como da atuação das associações de pequenos produtores e da cooperativa de pequenos produtores local, como fator chave para o nível de acesso às políticas públicas federais verificado entre o segmento familiar no município e, conseqüentemente para o sucesso da cafeicultura familiar enquanto atividade que mantém pequenos produtores no campo, produzindo cafés com qualidade suficiente para serem exportados.

É válido evidenciar que a agricultura familiar, principalmente se tiver uma tendência à especialização em monoculturas como o café, apesar de ser vista como um importante mecanismo para o desempenho das novas funções da agricultura, ainda utiliza uma grande quantidade de insumos químicos, como os herbicidas, fungicidas, inseticidas e adubos químicos, o que impede a função de preservação do meio ambiente, por meio de uma produção limpa. As políticas do Estado também devem se ater mais a esta questão, pois se entende que a importância do agricultor familiar passa a se evidenciada com a crise do padrão produtivista que é implementado com a Revolução Verde.

A interação entre as Universidades inseridas na região do Planalto de Vitória da Conquista, as Secretarias Municipais de Agricultura, órgãos do Estado – referentes ao desenvolvimento agrícola – e os agricultores é uma necessidade e o desenvolvimento de tecnologias alternativas (mais acessíveis e limpas) por meio de pesquisas das instituições de ensino será um passo fundamental para que os produtores familiares possam desempenhar as funções que a eles têm sido incumbidas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 4 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.
- BRASIL. Presidência da República. **LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm
- BONNAL, P. MALUF, R. S. **Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil**. Revista Política e Sociedade. N. 14. Santa Catarina: 2009. P. 211-250.
- CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974, *apud*, ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, Conab. **Agricultura Familiar**. Disponível em < <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125&t=2> > Acesso em: 11 de agosto de 2013.
- COSTA, Carlos André da. *et al.* **Infraestrutura Mínima para Produção de Café com Qualidade: A Opção para a Cafeicultura Familiar**. UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. Viçosa, 2011.
- COUTO FILHO, Vitor de Athayde. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: um olhar sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: MDA; Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- DOMINGOS NETO, M. O. Novo Mundo Rural. In: MARTINS, M. D. (org.). **O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004.
- DUTRA NETO, C. **Café e Desenvolvimento Sustentável: perspectivas para o desenvolvimento sustentável no Planalto de Vitória da Conquista**. 1ª ed. Vitória da Conquista: UNB, 2004.
- DUTRA NETO, C. **Desenvolvimento Regional e Agronegócio**. 1ª ed. Vitória da Conquista, 2009.
- FERREIRA, Brancolina; SILVEIRA, Fernando Gaiger; GARCIA, Ronaldo Coltinho. A agricultura Familiar e o PRONAF: Contexto e Perspectivas, In: GASQUES, José Garcia; CONCEIÇÃO, Júnia Cristina P. R> da (Orgs). **Transformações da Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Cidades – Dados Básicos, Brasília. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em: 6 de julho de 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. 2006. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pnad/default.asp>>. Acesso em: 6 de julho de 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Produção Agrícola Municipal. 2011. Disponível em: < <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp?o=26&i=P>>. Acesso em: 23 de agosto de 2013.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. Porto: Portucalense, 1998.

KAGEYAMA, Ângela *et al.* O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: Delgado, Guilherme Costa *et al* (orgs.). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: 1990, p 113-223. SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico**. 5. Ed. Rio de Janeiro. Atlas, 2005.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A Agricultura Familiar: do mito a realidade**. Campinas. Editora da Unicamp, 1998.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K. **El capital**. Buenos Aires, 1956, t. III. In PONTES B. M. S. A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx, **Revista Nera**, n. 7, 2005, p .35-47.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista (1848)**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **Microcrédito Rural**. Disponível em: < <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2258903>> Acesso em: 11 de agosto de 2013.

NASCIMENTO, Carlos Alves do. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas: uma análise comparada entre Brasil e União Europeia**. Fortaleza: BNB, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO CHOÇA. **História de Barra do Choça Recontada**. Disponível em < <http://www.barradochoça.ba.gov.br/omunicipio.php?cod=1>> Acesso em: 11 de agosto de 2013.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Meio Ambiente e Dinâmica de Inovações na Agricultura**. 1. Ed. São Paulo, SP: Annablume: FAPESP, 1998.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade no meio rural brasileiro**: características e perspectivas para investigação. In: GRAMMONT, Hubert Carton de e MARTINEZ VALLE, Luciano (Comp.). (Org.). *La pluriactividad en el campo latinoamericano*. 1ª ed. Quito/Equador: Ed. Flacso – Serie FORO, 2009, v. 1, p. 132-16

SILVA G. J. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**: Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG, Belo Horizonte, v. 7 n. 1, p. 43-81, maio./1997.

SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. 8 ed. São Paulo: ALPHA-OMEGA, 1995.

VEIGA, J. E. **O Desenvolvimento Agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: ed.USP, 2007.

APÊNDICE

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO APLICADO NA PESQUISA DE CAMPO

Situação Social e Econômica dos Agricultores Familiares em Barra do Choça

I - Análise Social e Econômica

1. Nome _____
() Proprietário () Ocupante () Arrendatário () Parceiro () Assentado
2. Nome da Propriedade _____
3. Moradores () Até 4 () 5 a 8 () acima de 8
4. Membros da família () até 4 () 5 a 8 () acima de 8
5. Membros da **família** trabalhando na propriedade () Todos () Nenhum () até 4 () 5 a 8 () acima de 8
6. Algum membro já saiu da área? () Sim () Não
Motivo _____
7. Forma de aquisição do imóvel. () Compra () Herança () Outro _____
8. Alguém da familiar recebe aposentadoria? () Sim () Não
9. Recebe Bolsa Família? () Sim () Não

II - Condição da Produção

- | | |
|---|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Tamanho da Propriedade:
() Até 5ha () 6 a 15ha () 16 a 25ha
() 26 a 50ha () Acima de 51ha 2. Área cultivada (____)ha
Área/ outras culturas (____)há 3. Vende outras culturas produzidas?
() Sim () Não 4. Água encanada () Sim () Não 5. Energia elétrica () Sim () Não 6. Transporte que utiliza:
() Próprio () Público 7. Mão-de-obra utilizada:
() Familiar () Contratada 8. Principal fonte de renda
() Terra () Externa
Qual _____ 9. Renda média mensal:
() até R\$350
() R\$351 a R\$700
() R\$701 a R\$1.750
() R\$1.751 a R\$3.500
() R\$3.501 a R\$5.250
() acima de R\$5.250 10. Participação do café na renda:
() até 25% () 26 a 50%
() Acima de 50% () 100% 11. Participação/outras produtos na
renda : () até 25% () 26 a 50%
() Acima de 50% 12. Utiliza consorciação de cultura?
() Sim () Não
Qual? _____ | <ol style="list-style-type: none"> 13. Assistência técnica:
() Particular () Pública. () Não 14. Preparo do solo. Utiliza:
() Foice () Enxada
() Trator próprio
() Trator alugado
() Tração animal. 15. Faz análise do solo? () Sim () Não 16. Já fez análise do solo alguma vez?
() Sim () Não 17. Obtenção de mudas:
() Próprio plantio
() Plantio vizinho
() Viveiro registrado 18. Utiliza:
19. () Adubo Químico () Inseticida
() Fungicida () Herbicida
() Caldas () Arborização
() Quebra Vento () Irrigação
() Adubo Orgânico 20. Colheita
Manual: () Seletiva () Derriça.
() Contratados () Família
() Semi-mecanizada
() Mecanizada 21. Pós-colheita (na propriedade):
() Lavagem () Despolpa
() Secagem () Secagem externa 22. Beneficiamento (na propriedade):
() Limpeza () Descascamento 23. Rebeneficiamento (na propriedade):
() Peneira () Densidade () Cor |
|---|--|

III - Comercialização

1. Destino da produção: () Local () Regional () Exportação
2. Venda para:
() Consumidor direto
() Atravessador () Cooperativas
() outros _____
3. Dificuldades na comercialização _____
4. Concorrência de grandes fazendas:
() Sim () Não
5. Dificuldades para se manter produzindo _____
6. Tem acesso ao PAA? () Sim () Não

IV- Ajuda do Estado e acesso a informação.

1. Acesso ao crédito () Sim () Não. Instituição _____
2. Forma de custeio da produção _____
3. Já participou de algum curso?
() EBDA () SEBRAE
() Universidade () Cooperativa
Outros _____
4. Acesso à informação para produção
() Livros () Revista () Internet
Outros _____
5. Existe financiamento do Pronaf?
() Sim () Não
6. Possui a DAP?
() Sim () Não

APÊNDICE B: ROTEIRO DE ENTREVISTA

Situação econômica e social dos agricultores familiares.

1. Qual o número de agricultores familiares produzindo café em Barra do Choça?
2. Qual a situação econômica atual destes agricultores familiares em Barra do Choça?
3. Existe a saída de muitos familiares destes agricultores da região?
4. Motivações? (Estudo, Trabalho, etc)

Intervenção do Estado

5. Existe financiamento do governo para estes agricultores?
6. Como funciona o PRONAF no município?
7. Como funciona o PAA?
8. Como é realizado o trabalho da Secretaria Municipal de Agricultura?